

CLASSE E COR NA FORMAÇÃO DO CENTRO OPERÁRIO DA BAHIA (1890-1930)

*Aldrin A. S. Castellucci**

Somos vítimas das mais torpes e brutais perseguições porque a família privilegiada da nossa terra não quer trabalhar, nem quer se obrigar a um ofício qualquer, quer nos confundir com os seus ex-escravos, de cujo sangue viviam e se banquetavam. (...)

Mas a República não é esta que aí está e que estamos vendo.

A República, companheiros, é o regime do fraco contra a prepotência do forte; é a igualdade dos povos; é a condenação da aristocracia; é o aniquilamento do feudalismo, é o desmoronamento das oligarquias e predomínios; é o símbolo da liberdade, da razão e do direito.

Domingos Francisco da Silva, 18 de junho de 1893.¹

Já não é possível a separação de castas, como na antiga Índia, nem de classes como no Império Romano; o proletariado já está plenamente convencido de que ele é igual em tudo à outra parte da sociedade, aos outros homens, que possui a mesma alma imortal, sopro e imagem de

* Professor Adjunto de História do Brasil da Universidade do Estado da Bahia. Sou grato aos colegas da Linha de Pesquisa Escravidão e Invenção da Liberdade do PPGH-UFBA pelas críticas e sugestões feitas a uma versão preliminar deste texto. Agradeço os valiosos comentários feitos pelos professores Wellington Castellucci Júnior, Maria Cecília Velasco e Cruz e Iacy Maia Mata. Também sou grato ao parecerista anônimo da *Afro-Ásia* por suas importantes considerações, levadas em conta na versão final deste artigo.

¹ Domingos Silva, “Manifesto aos dignos Artistas, Operários e Proletários do Estado da Bahia”. Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Legislativa, livro 1187.

Deus, os mesmos sentimentos morais, a mesma matéria, e que por consequência tem o mesmo lugar no banquete social, que a Instrução e a Virtude devem unicamente ser seus guias para lhe marcarem este lugar no festim da vida.

O proletariado está convencido que os privilégios sociais e os preconceitos torpes são barreiras levantadas pelo Erro e pelo Crime contra a dignidade humana.

A humanidade não pode permanecer eternamente dividida entre infelizes e gozadores, em felizes e desgraçados. Ninguém pode negar ao operário a fraternidade e a igualdade, o desejo legítimo de se elevar moral e materialmente, a consciência ativa e progressiva de sua vontade. Seria isso dizer-lhe que ele é um ser à parte, que é composto de outro espírito e outra matéria, diferente em tudo, dos privilégios da sociedade, o que seria uma blasfêmia contra a Divindade e a natureza.

Ismael Ribeiro dos Santos, 12 de agosto de 1900.²

A historiografia da década de 1960 sobre escravidão e relações raciais construiu um modelo interpretativo que consagrou a ideia segundo a qual os negros e os mestiços foram excluídos do mercado de trabalho formal após a Abolição. A Lei de 13 de maio de 1888 teria sido acompanhada por um incremento da imigração estrangeira e da expansão cafeeira em direção ao oeste Paulista, bem como da urbanização e da industrialização dessa região. O mercado de trabalho ter-se-ia ampliado significativamente, mas os melhores postos foram ocupados pelos imigrantes, ao passo que os ex-cativos e seus descendentes foram obrigados a escolher entre permanecerem como trabalhadores de enxada nas antigas fazendas, migrarem para as cidades, onde passariam a viver no trabalho informal, ou entregarem-se à vadiagem. Esse processo teria sido o resultado de dois fatores combinados: o descaso das classes dominantes no que diz respeito à criação das condições indispensáveis à incorporação do negro à sociedade de classes e a incapacidade dos próprios ex-escravos de se adaptarem à nova situação, isto é, ao traba-

² *Relatório do Centro Operário da Bahia no Exercício Social de 6 de maio de 1899 a 31 de abril de 1900 apresentado pelo Sr. Ismael Ribeiro, Presidente do Conselho Executivo e aprovado em Assembléia Geral de 12 de agosto de 1900*, Bahia: Typographia Passos, 1900.

lho livre. Na formulação de Florestan Fernandes os negros foram vítimas da forte herança de racismo da sociedade escravista e da sua incapacidade de ajustamento à disciplina do trabalho sob o capitalismo.³

Essa historiografia já foi alvo de críticas de diversos autores, mas, mesmo que questionemos suas razões, o fato é que negros e mestiços disputaram espaço no mercado de trabalho de São Paulo em condições desvantajosas, quando comparadas com as dos imigrantes.⁴ Como nos informou Sheldon Maram, entre 1871 e 1920 entraram 3.390.000 imigrantes no Brasil, dos quais 1.373.000 eram italianos, 901.000 portugueses e 500.000 espanhóis. A maior parte desses estrangeiros se dirigiu para o estado de São Paulo. Em 1893, eles já correspondiam a 54,6% da população total da capital paulista, sendo 85,5% dos artesãos, 79% dos operários das manufaturas, 81% dos trabalhadores nos transportes e 71,6% dos empregados no comércio. Em seu conjunto, os imigrantes dominavam 71,2% da força de trabalho total da cidade.⁵ Em 1900, os estrangeiros já somavam 92% dos operários industriais de todo o estado de São Paulo, e os italianos eram 81% do total.⁶

Porém, já sabemos que o processo ao qual se convencionou chamar de “transição do trabalho escravo para o livre” não ocorreu de forma linear e uniforme em todo o Brasil. O caso de São Paulo, que no passado fora apresentado como modelo, na realidade foi uma exceção. Peter Eisenberg nos mostrou, por exemplo, que, em Pernambuco, os senhores de engenho fizeram largo e contínuo uso de trabalhadores livres e libertos bem antes da Abolição, que naquela província ocorreu de forma gradual. Por outro lado, as tentativas de produzir um fenômeno

³ Embora a ideia apareça em outros trabalhos, a principal obra de Florestan Fernandes sobre o assunto é *A integração do negro na sociedade de classes* (2 vols.), São Paulo: Dominus, 1965. Ver também Emília Viotti da Costa, *Da Monarquia à República: momentos decisivos*, São Paulo: UNESP, 1999, especialmente o capítulo 7.

⁴ Para um levantamento das controvérsias em torno da obra de Fernandes, ver George Reid Andrews, *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)*, Bauru: EDUSC, 1998.

⁵ Sheldon Leslie Maram, *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro (1890-1920)*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, pp. 13, 15-6.

⁶ Paulo Sérgio Pinheiro & Michael Hall, “Imigração e movimento operário no Brasil: uma interpretação”, in José Luiz Del Roio (org.), *Trabalhadores no Brasil: imigração e industrialização* (São Paulo: Ícone, 1990), pp. 43-57.

imigratório de massa dirigido para Pernambuco, semelhante ao que ocorreu em São Paulo, fracassaram em função do clima desfavorável, da escassez de terras públicas, da indisponibilidade de recursos para subsidiar as passagens dos imigrantes e, fundamentalmente, dos baixos salários oferecidos. Os senhores de engenho, então, pressionaram as autoridades imperiais a adotarem leis que impusessem o trabalho compulsório e combatessem a vadiagem, e fizeram uso de variados tipos de trabalho livre dependente, que iam dos agregados ou camumbembes, constituintes de 95% da força de trabalho do sul da Zona da Mata, passando pelos assalariados e pelos diaristas sazonais, contratados a custos menores que os gastos com a manutenção dos escravos, até lavradores (rendeiros, parceiros), arregimentados através da parceria (arrendamento). De todo modo, as condições de vida e de trabalho dos negros e dos mestiços não teriam melhorado substancialmente na passagem do engenho para a usina.⁷

Se na Zona da Mata de Pernambuco prevaleceu a continuidade, bem diferente foi a situação do Recôncavo da Bahia. Como mostrou Barickman, nesta última região, os senhores de engenho fizeram uso extensivo da força de trabalho escrava até o último dia de vigência do escravismo, fato que fez da Abolição um momento de ruptura no padrão de relações sociais existentes, sobretudo no que diz respeito à desorganização do trabalho agrícola, e de crise da lavoura e da manufatura do açúcar. A economia açucareira baiana, que já vinha de uma trajetória de estagnação e declínio desde a década de 1850, entrou em colapso depois de 1888 e não conseguiu recuperar-se mais.⁸ Além disso, conforme demonstrado por Iacy Mata, em toda a Bahia, os ex-escravos tiveram que resistir à violência e às tentativas de seus ex-senhores de desobedecerem à Lei Áurea, inclusive com a recusa de pagar salários aos novos cidadãos.⁹

Nosso objetivo neste artigo é oferecer mais uma oportunidade de análise dos matizes da realidade brasileira, contribuindo para mostrar a

⁷ Peter L. Eisenberg, *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco (1840-1910)*, Rio de Janeiro: Paz e Terra / Campinas: Editora da UNICAMP, 1977, especialmente o capítulo 8.

⁸ H. J. Barickman, "Até a véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo baiano (1850-1881)", *Afro-Ásia*, n. 21-22 (1998-1999), pp. 177-238.

⁹ Iacy Maia Mata, "'Libertos do Treze de Maio' e ex-senhores na Bahia: conflitos no pós-Abolição", *Afro-Ásia*, n. 35 (2007), pp. 163-98.

pluralidade de experiências da história do trabalho no Brasil no que tange à “transição” e à condição do negro depois do dia 13 de maio de 1888. Nosso propósito é demonstrar, a partir da reconstituição do perfil social dos indivíduos que compuseram o Centro Operário da Bahia, que, diferente do que ocorreu em São Paulo, em Salvador, para onde não houve imigração em massa, os ex-escravos e seus descendentes continuaram a ocupar posição dominante no mercado de trabalho formal. O leitor não encontrará neste artigo nenhum subsídio para negar a existência de racismo na sociedade brasileira, ainda menos para o caso soteropolitano. Também não queremos negar que grande parte da população negra e mestiça foi marginalizada no período pós-Abolição. O que se quer é mostrar que a realidade é mais complexa, comportando tanto exclusão quanto inclusão. Como demonstraremos à frente, a classe operária era fundamentalmente negra e mestiça, inclusive os artesãos autônomos, sua fração mais qualificada e economicamente bem situada na hierarquia social da capital baiana.

* * *

No alvorecer da República, inúmeros partidos que se autoproclamavam operários e/ou socialistas foram fundados em várias cidades do Brasil. Em Salvador, em junho de 1890, após uma série de articulações políticas, o alfaiate Elysiario Elyσιο da Cruz, o ferreiro Francisco Pedro do Bomfim e o carpinteiro José Maria de Souza lideraram um grande número de artesãos dos mais diversos ofícios e fundaram o Partido Operário da Bahia. Desde o início, quando faziam suas reuniões no Club dos Maquinistas, na Sociedade Montepio dos Artistas e no Club Democrático, a organização foi alvo de muitas dissensões. Os conflitos internos resultaram em uma cisão formal da entidade e na criação da União Operária Bahiana, que passou a reunir seus membros na Sociedade Filarmônica Luso-Guarani, à frente dos quais estavam, entre outros, os tipógrafos Candido de Araújo Brizindor e Argemiro de Leão e o pintor e desenhista preto Manuel Raymundo Querino (1852-1923). As duas associações se rivalizaram e disputaram hegemonia junto à classe operária até junho de 1893, quando o grupo fundador e a dissidência se realinharam para fundar uma nova organização, o Centro Operário da Bahia. A partir de então, duas novas

lideranças se destacaram à frente das facções que disputaram o controle da entidade por anos: o mestre de obras Domingos Francisco da Silva, racialmente definido como mestiço, e o alfaiate Ismael Ribeiro dos Santos, classificado como de cor parda. Desde suas origens, essas organizações tinham o objetivo explícito de garantir aos operários um canal de participação nas eleições da Primeira República, visando eleger seus representantes para a Justiça de Paz, as juntas distritais e o Conselho Municipal, no que foram mais que bem-sucedidas. Além disso, tiveram um papel relevante nos arranjos políticos das oligarquias nas eleições estaduais e federais, quando os dois grupos rivais fizeram alianças com diferentes chapas e partidos das elites baianas.¹⁰

Recuperar alguns elementos da biografia daqueles personagens não foi tarefa fácil. Uma fonte memorialística oficial de 1923 dava conta de que, em 1894, o Centro Operário possuía cinco mil membros.¹¹ Pelos relatórios da entidade, verificamos que tal número caíra para quatro mil em 1900 e 1903, e que, na década de 1910, a média de filiados passou a ser de mais ou menos mil: 996, em 1916, 999, em 1917, 1.033, em 1918 e 1.200 em 1919. Ainda assim, são números significativamente altos para a época.¹²

¹⁰ Para a análise desses processos, ver Aldrin A. S. Castellucci, “Trabalhadores, máquina política e eleições na Primeira República” (Tese de Doutorado, Universidade Federal da Bahia, 2008), capítulo 2.

¹¹ *Diário Oficial do Estado da Bahia*. Edição Especial do Centenário, 2 jul. 1923, p. 351.

¹² *Relatório do Centro Operário da Bahia no Exercício Social de 6 de maio de 1899 a 31 de abril de 1900 apresentado pelo Sr. Ismael Ribeiro, Presidente do Conselho Executivo e aprovado em Assembléia Geral de 12 de agosto de 1900*, Bahia: Lyto-Typographia Passos, 1900; *Relatório do Centro Operário da Bahia. Exercício Social de 6 de maio de 1902 a 30 de abril de 1903, apresentado pelo Sr. Ismael Ribeiro, Presidente do Conselho Executivo e aprovado em sessão de Assembléia Geral de 3 de maio de 1903*. Bahia: Imprensa Moderna de Prudêncio de Carvalho, 1903; *Relatório do Centro Operário da Bahia. Exercício Social de 6 de maio de 1908 a 5 de maio de 1909, apresentado pelo Sr. Ismael Ribeiro dos Santos, Presidente do Conselho Executivo à Assembléia Geral e por esta aprovado em sessão de 20 de abril de 1910, sob a presidência do Sr. Felipe Tranquilino de Castro*. Bahia: Typographia e Encadernação do Liceu de Artes e Ofícios, 1910; *Relatório da Associação Cooperativa Centro Operário da Bahia, do Exercício de 1º de abril de 1912 a 31 de março de 1913, apresentado pelo Presidente do Conselho Executivo Prediliano Pereira Pitta, aprovado em Assembléia Geral de 18 de maio de 1913*. Bahia: Typographia e Encadernação do Liceu de Artes e Ofícios, 1913; *Centro Operário da Capital do Estado da Bahia. Relatório apresentado pelo Presidente do Conselho Executivo, Capitão João Pedro Rodrigues Lima, à Assembléia Geral em*

Nosso primeiro procedimento metodológico foi compor, então, uma lista dos sócios da entidade, usando como fontes os já referidos relatórios, em geral anuais ou bianuais, nos quais encontramos os nomes completos dos dirigentes da organização, dos diretores eleitos, dos sócios socorridos, dos pensionistas, dos sócios falecidos, dos que foram integrados, dos que foram despojados de direitos políticos e sociais ou desligados por inadimplência ou por outra infração dos estatutos, além dos sócios benfeitores, beneméritos e honorários. Por meio dos necrológios e de outras fontes, ampliamos aquela lista e adicionamos as primeiras informações sobre os personagens em estudo.¹³

O segundo passo que demos foi, de posse daquela lista, com um total de 1.176 nomes, verificar para quantos deles seria possível reunir informações suficientes para desnudar a real composição social do Centro Operário da Bahia. Fizemos, portanto, uma detalhada busca na Seção Judiciária do Arquivo Público do Estado da Bahia, onde conseguimos localizar inventários *post mortem*, testamentos e outros documentos notariais para 197 integrantes do Centro Operário.

Por meio dessas fontes, tivemos uma ideia não apenas dos sinais e níveis de riqueza e de pobreza dos personagens estudados, o que por si mesmo já é muito importante. As evidências também foram importantes

sessão de 1º de maio de 1917 e na mesma aprovado. Referente ao Exercício de 1º de abril de 1915 a 31 de março de 1917. Bahia: Typographia e Encadernação do Liceu de Artes e Ofícios, 1917; Centro Operário da Bahia. Relatórios apresentados pelo Presidente do Conselho Executivo, Tenente-Coronel Júlio Fernandes Leitão às Assembléias Gerais de 2 de abril de 1918 e 25 de abril de 1919 e nas mesmas aprovados. Referentes ao exercício de 1º de abril de 1917 a 31 de março de 1919. Bahia: Typographia e Encadernação do Liceu de Artes e Ofícios, 1919; Relatórios do Centro Operário da Bahia apresentados pelo Coronel Eugenio Antonio Cardoso, Presidente do Conselho Executivo. Exercício de 1º de abril de 1919 a 31 de março de 1921. Bahia: Typographia e Encadernação do Liceu de Artes e Ofícios, 1921.

¹³ Alguns órgãos da grande imprensa, a exemplo do *Jornal de Notícias* e da *Gazeta do Povo*, possuíam seções diárias intituladas “Falecimentos” e “Sufrágios”, esta última informando e convidando para a realização de missas de sétimo e trigésimo dia. Já o *Diário da Bahia*, e também o *Jornal de Notícias*, em dado momento, possuíam uma coluna chamada “Necrologia”. Em todos os casos, conseguimos colher dados sobre o ofício, o local de trabalho, a moradia e o sepultamento, além da cor, da idade e da *causa mortis* de grande número de filiados do Partido Operário da Bahia, da União Operária Baiana e do Centro Operário da Bahia. Isso foi particularmente de grande valia nos casos em que o associado era deveras pobre para fazer testamento ou ter seus bens inventariados, mas também foi importante para complementarmos informações sobre indivíduos para os quais havíamos achado fontes notariais.

indicadoras da profissão ou da ocupação exercida por esses atores, sua cor, sua naturalidade, sua nacionalidade, seu estado civil, sua filiação, suas estratégias, seus estilos e suas condições de vida e de trabalho, as redes de solidariedade em que estavam envolvidos, inclusive indicando, muitas vezes, as entidades religiosas, mutualistas, sindicais e políticas das quais tinham feito parte.¹⁴

Com o objetivo de reconstituir a rede associativa na qual aqueles sujeitos estavam envolvidos, cotejamos nossa lista de filiados do Centro Operário com as que montamos para outras sociedades religiosas, mutualistas, sindicais e políticas. Para isso, usamos os mesmos tipos de fontes com as quais compusemos a relação de sócios do Centro Operário. Algumas organizações nos legaram listas com centenas e até milhares de sócios. Também veremos o resultado desse cruzamento de fontes logo à frente.

Como dissemos antes, de nossa amostra de 1.176 pessoas integrantes do Centro Operário, encontramos fontes notariais para 197 delas. Talvez a inexistência desse tipo de documento para os outros membros possa ser creditada ao fato de eles serem tão pobres que não tinham nada a legar. Isso fortaleceria a ideia de que fosse uma organização essencialmente, embora não exclusivamente, operária. A segunda hipótese é que a documentação tenha sido extraviada, destruída ou, ainda, esteja indisponível, talvez em antigos cartórios. Essa também é uma possibilidade plausível. Por fim, a ideia de que tivesse acontecido um pouco das duas coisas seja talvez a mais provável.

A Tabela 1 mostra que o Centro Operário da Bahia, ou seja, a organização que surgiu da confluência das forças que atuaram no Parti-

¹⁴ Algumas vezes, anexos aos inventários, estavam os atestados de óbito dos falecidos. Em outras, havia escrituras de reconhecimento de paternidade e certidões de nascimento de seus filhos, postas como meio de comprovação de paternidade e desfrute de espólio. Um quarto tipo de documento anexo aos inventários, denominado carteira de identidade, expedido pelo Gabinete de Identificação e Estatística, um órgão vinculado à Secretaria de Polícia e Segurança Pública, continha informações detalhadas sobre o identificado: filiação, naturalidade, data de nascimento, estado civil, grau de instrução, profissão, estatura e cor, além de sua foto, o que permitiu verificar sutilezas entre a classificação de cor usada para os sujeitos e o fenótipo dos indivíduos fotografados. Em todas as situações, foi possível complementar, com novas informações, o perfil dos filiados do Centro Operário da Bahia.

Tabela 1
Composição social do Centro Operário da Bahia

| Ocupação | Total | % |
|--|--------------|----------|
| Artesão | 456 | 75,0 |
| Mestre / Empreiteiro de obras / Construtor | 31 | 5,1 |
| Funcionário público (mun., est. e fed.) | 19 | 3,1 |
| Comerciante / Negociante | 14 | 2,3 |
| Proprietário | 3 | 0,5 |
| Banqueiro / Financista | 1 | 0,2 |
| Industrial | 4 | 0,7 |
| Caixeiro / Empregado no comércio | 3 | 0,5 |
| Profissional liberal | 66 | 10,9 |
| Outro* | 11 | 1,8 |
| Total da amostra | 608 | 100 |
| Não identificados | 568 | |
| Total geral | 1 176 | |

Fontes: APEB, Seção Judiciária, Inventários e Testamentos; Necrológios; Estatutos, Históricos, Atas, Relatórios e outros documentos do Partido Operário da Bahia, da União Operária Bahiana e do Centro Operário da Bahia; Memórias.

* Membros do clero, militares, rábulas.

do Operário da Bahia e na União Operária Bahiana nos anos 1890-1893 foi uma entidade formada basicamente pelo setor qualificado da classe trabalhadora, isto é, pelos artesãos ou artífices. Dos 1.176 sujeitos relacionados em nosso banco de dados, conseguimos identificar a ocupação / profissão de 608 (51,7%) deles. Desta amostra, 456 (75%) faziam parte do grupo dos chamados “artistas”, ou seja, eram alfaiates, chapeleiros, sapateiros, ferreiros, funileiros, fundidores, douradores, maquinistas, tipógrafos, litógrafos, gravadores, impressores, encadernadores, ourives, pedreiros, carpinteiros, carapinas, marceneiros, marmoristas, pintores, desenhistas, armadores e outros. Se considerarmos que os que não tiveram seus ofícios identificados podem estar no grupo dos operários muito pobres para proceder à formalização de testamento, concluiremos, facilmente, que o mundo do trabalho era ainda maior na entidade.

Esses artesãos compunham o setor mais bem-remunerado, mais qualificado e com maior escolaridade formal da classe operária. Muitos possuíam suas próprias ferramentas e oficinas de trabalho, o que fazia deles uma fração de classe com maior autonomia e independência, maiores salários ou rendimentos, melhores condições de vida e com um maior poder de barganha junto aos patrões, impossibilitados de substituírem uma mão de obra tão qualificada de modo rápido e eficaz, por exemplo, em momentos de greve. Esses atributos faziam desses operários, também, um grupo habilitado para o exercício dos direitos políticos, como eleitores e até como candidatos à ocupação de mandatos eletivos. O ideário social desses artífices, aliás, combinava elementos do cooperativismo e do mutualismo com certo republicanismo e um socialismo reformista profundamente moderado e evolucionista.

Exemplos perfeitos de operários que lograram posições de respeito e integração social são os de Ismael Ribeiro dos Santos (1857-1931) e Domingos Francisco da Silva (1865-1914), figuras-chave no processo de fundação da organização em estudo. Como um grande número de seus companheiros, o pedreiro Domingos Francisco da Silva era mestiço. Em 1890, integrou a direção do Partido Operário da Bahia, juntamente com o alfaiate Elysiario Elyσιο da Cruz, o ferreiro Francisco Pedro do Bomfim e o carpinteiro José Maria de Souza. Em 1893, foi o principal articulador da fundação do Centro Operário da Bahia, sendo eleito seu primeiro presidente. A patente de capitão da Guarda Nacional certamente deve ter funcionado como uma porta de entrada para a política no Império, mas foi sob a República que Domingos Silva ocupou o cargo de auxiliar de obras públicas da Secretaria de Agricultura, Viação e Obras Públicas, entre 1896 e 1898, galgando a condição de “conhecido empreiteiro de obras” e ocupando vários cargos eletivos em Salvador, como o de juiz de paz e membro da junta distrital de Santana e o de conselheiro do Conselho Municipal da capital baiana. Por outro lado, Domingos Silva preservou elementos centrais da religiosidade, da cultura e da sociabilidade trazidas do Império, sendo irmão da Venerável Ordem Terceira do Rosário da Baixa dos Sapateiros, da Irmandade de São Benedito e da Irmandade da Conceição da Praia. Aliás, morreu no final da noite de segunda-feira, 13 de julho de 1914, vítima de arteriosclerose generalizada, sendo sepultado no dia seguinte, no carneiro de



Domingos Silva

número 67 da Irmandade de São Benedito, na Quinta dos Lázaros, o cemitério das irmandades religiosas.¹⁵

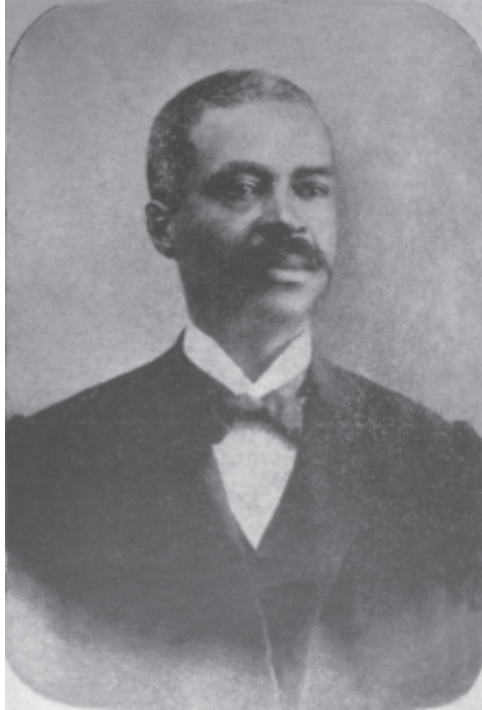
O segundo personagem é o alfaiate pardo Ismael Ribeiro dos Santos, nascido na vila de São Francisco, na então Comarca de Santo Amaro da Purificação, em 1857, “filho legítimo” de Ricardo Ribeiro e Felismina da Conceição dos Santos. Entre 1890 e 1893, Ismael Ribeiro foi

¹⁵ APEB, Seção Judiciária, 1/390/753/5 (Autos Cíveis - Inventários e Testamentos); APEB, Seção Republicana, Documentação da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, caixa 2403, maço 216, doc. 987 (atual 1119); *Jornal de Notícias*, Salvador, 29 abr. 1907, p. 1; *Jornal de Notícias*, Salvador, 15 jul. 1914, p. 1 (Necrologia); *Jornal de Notícias*, Salvador, 16 jul. 1914, p. 1; *Diário de Notícias*, Salvador, 15 jul. 1914, p. 2 (Falecimentos); *Diário de Notícias*, Salvador, 16 jul. 1914, p. 2 (Enterros); *Gazeta do Povo*, Salvador, 16 jul. 1914, p. 2 (Falecimentos).

dirigente do Partido Operário da Bahia e da União Operária Bahiana, tendo sido duas vezes presidente do Centro Operário da Bahia (quatriênios de 1899-1903 e 1908-1912) e membro da Federação Socialista Bahiana, além de ter sido sócio da Sociedade Cooperativa dos Alfaiates e da Sociedade Beneficente União dos Alfaiates. Ismael Ribeiro dos Santos possuía sua própria oficina de alfaiataria, o que lhe assegurava certa margem de orgulho e autonomia do ofício. Chegou a receber a investidura de Capitão e depois de Coronel da Guarda Nacional, conseguindo eleger-se Conselheiro Municipal de Salvador em 1896 (suplente) e 1903 (titular).

O alfaiate Ismael Ribeiro dos Santos era casado com Engracia Maria da Conceição Ribeiro. Ao cometer suicídio, em 8 de janeiro de 1931, deixou apenas uma filha, a professora Tertuliana Ribeiro dos Santos Dultra, moradora na ilha de Itaparica e casada com José Ferreira Dultra, seu procurador. A análise do volumoso maço de 224 páginas no qual consta o testamento e o inventário do antigo coronel da Guarda Nacional nos revela não apenas seu bom posicionamento socioeconômico, mas a ampla rede de solidariedade, compadrio e clientelismo construída e dirigida pelo alfaiate Ismael Ribeiro dos Santos. Em seu testamento, feito pouco tempo antes de morrer e para o qual nomeou o Dr. João Pacheco de Oliveira seu testamenteiro e inventariante, o líder operário registrou que possuía cinco apólices federais, cada uma no valor de um conto de réis, e nada menos que quinze casas em Salvador e em Madre de Deus. Na capital baiana, eram nove casas no Distrito de Santana, sendo uma na Rua Ferreira França, n. 36; uma na Rua da Mangueira, n. 24; cinco no Beco dos Músicos, n. 1 a 5 e duas no Moinho do Tororó, n. 11 e 22. No Distrito do Pilar, eram três imóveis na Rua do Gasômetro; as três últimas habitações ficavam em Madre de Deus, sendo que duas delas eram edificadas em uma roça de 2,5 tarefas de terra, também de propriedade de Ismael Ribeiro dos Santos.

O círculo de amizade e compadrio contraído pelo alfaiate Ismael Ribeiro dos Santos pode ser visualizado de modo mais acurado, quando examinamos as disposições de seus últimos desejos, constantes de seu testamento. Nele, há indicações explícitas de quem eram os beneficiários de seu legado, especificando-se valores e justificativas para as doações. Entre as instituições beneficiadas, tínhamos o Educandário do Desterro,



Ismael Ribeiro dos Santos

a Ordem Franciscana do Boqueirão, no distrito de Santana, e o Abrigo dos Filhos do Povo, que receberiam, respectivamente, quinhentos mil-réis, um conto e três contos de réis. Ao famoso e popular rábula Cosme de Farias (1875-1972) foi deixado um conto de réis, “para fins de caridade”. Em “reconhecimento aos seus serviços médicos”, o Dr. Antonio Gonçalves Bastos seria beneficiado com três contos de réis, e suas duas filhas deveriam receber outros três contos de réis, cada. As meninas Yvonne e Enid, filhas de seu amigo João Pacheco de Oliveira, teriam direito a receber, cada uma, dois contos e quinhentos mil-réis, “como lembrança da boa camaradagem” que mantiveram com o finado.

Vários outros amigos, parentes e contraparentes foram listados para receberem alguma quantia em dinheiro ou mesmo alguma proprie-

dade. Entre os afilhados, havia Margarida, filha de Izidoro Sacramento, com um conto de réis, e Jacob, filho de Joaquim Nunes, com quinhentos mil-réis. O amigo Silvestre Cancio e o compadre Calixto dos Santos, residente em Madre de Deus, receberiam seiscentos e quinhentos mil-réis, respectivamente. Eufrosina Rios e Emília, parentes de sua mulher, foram contempladas com um conto de réis, cada uma, para que se lembrassem do alfaiate. Idalina, mulher de Manoel Santana, outra parente da esposa de Ismael, deveria receber um conto de réis. Os sobrinhos Lydio, Claudino e Fernando, filhos de Plínio dos Santos Passos, irmão de Ismael, constavam como beneficiários de dois contos de réis, cada um, e o pai dos meninos deveria herdar a casa de n. 18 da Rua do Gasômetro. As outras duas casas da Rua do Gasômetro, n. 18 A e 18 B, deveriam passar para a propriedade do amigo Raphael da Costa Lima, que também era alfaiate, e para a sobrinha C. Gomes dos Santos, moradora da Freguesia de Monte, no Recôncavo. Uma última casa, localizada no Moinho do Tororó, n. 22, foi doada a Odimasilia Thomé da Conceição.

O auto de partilha do espólio de nosso personagem, lavrado no dia 27 de maio de 1932, é uma poderosa evidência de quão enganadora pode ser a imagem de uma população negro-mestiça integralmente atirada à pobreza e à indigência errante no período pós-Abolição. Ismael Ribeiro exerceu um ofício qualificado, tornou-se proprietário de sua oficina de alfaiataria, angariou prestígio e influência através da patente de coronel da Guarda Nacional e se elegeu Conselheiro Municipal de Salvador, por meio de bem construídas alianças políticas do Centro Operário com as elites locais. Ao morrer, legou aos seus herdeiros mais de 215 contos de réis, entre mobílias, apólices federais, cadernetas de poupança, imóveis, recursos resultantes da venda de bens e rendimentos derivados de aluguéis e investimentos. Além disso, pouco antes de cometer suicídio, na manhã do dia 8 de janeiro de 1931, Ismael Ribeiro escreveu, literalmente, o último capítulo de sua trajetória, um volumoso livro de 257 páginas, intitulado *A Voz do Operário Falando a Verdade*, valiosa obra que, infelizmente, foi ignorada pelos estudiosos do assunto.¹⁶

¹⁶ APEB, Seção Judiciária, 6/2718/0/10 (Autos Cíveis - Inventários e Testamentos); *A Tarde*, Salvador, 8 jan. 1931, p. 8; *Jornal de Notícias*, Salvador, 4 mai. 1901, p. 1; *Diário de Notícias*, Salvador, 3 mai. 1906, p. 1; 2 mai. 1908, p. 1; 2 mai. 1903, p. 1.

É importante assinalar que esse pode ser um caso-limite, mas não um caso isolado. No decorrer deste texto, mostraremos que Ismael Ribeiro dos Santos era parte de um grupo social maior, e que seus companheiros partilhavam muitas características de seu modo de vida. Além desses personagens centrais, é possível mencionar inúmeros casos de filiados ao Centro Operário que pertenciam à fração de classe formada pelos artesãos, isto é, pelo setor mais qualificado do operariado. Um grande número deles era de pretos, a exemplo do ferreiro Adriano Ferreira do Sacramento (1870-1930),¹⁷ dos pedreiros Pedro Desiderio dos Santos (1867-1936),¹⁸ Gervasio Pereira da Silva (1849-1931)¹⁹ e Manoel Francisco do Bomfim (1871-1948),²⁰ e do marceneiro Honorato Pedro do Bomfim (1852-1928).²¹ Outra parte significativa desses artesãos era formada por mestiços, como o pedreiro João Porcino de Carvalho (1877-1929),²² o carapina Francisco de Assis Gomes (1862-1928)²³ e o artista Antonio Bento Guimarães (1851-1907).²⁴ Outros foram classificados como pardos, sendo prova disso o alfaiate Alcino Alves de Souza (1877-1946).²⁵ Alguns destes artífices, porém, foram enquadrados como brancos, embora fosse situação minoritária. Como exemplos é possível mencionar o alfaiate Raphael Arcaño da Costa Lima (1880-1945)²⁶ e o “artista” Alexandre Vieira dos Santos (1854-1937).²⁷

Alguns desses artífices, apesar da respeitabilidade e do *status* social relativamente elevado conferidos pelo ofício, não conseguiram sucesso em termos econômicos. Bem representativa desse perfil é a figura do pedreiro mestiço Anastácio Machado de Menezes (1872-1909). Era capitão da Guarda Nacional, primeiro secretário do conselho executivo do Centro Operário da Bahia, dirigente da Associação Unificadora dos Trabalhadores em Construção, sócio fundador da Federação Socia-

¹⁷ APEB, Seção Judiciária, 7/2988/ - /19 (Autos Cíveis - Inventários e Testamentos).

¹⁸ APEB, Seção Judiciária, 9/3862/0/9 (Autos Cíveis - Inventários e Testamentos).

¹⁹ APEB, Seção Judiciária, 3/914/1383/24 (Autos Cíveis - Inventários e Testamentos).

²⁰ APEB, Seção Judiciária, 6/2382/2882/12 (Autos Cíveis - Inventários e Testamentos).

²¹ APEB, Seção Judiciária, 6/2362/2862/21 (Autos Cíveis - Inventários e Testamentos).

²² APEB, Seção Judiciária, 3/892/1361/2 (Autos Cíveis - Inventários e Testamentos).

²³ APEB, Seção Judiciária, 6/2358/2258/11 (Autos Cíveis - Inventários e Testamentos).

²⁴ APEB, Seção Judiciária, 1/338/647/07 (Autos Cíveis - Inventários e Testamentos).

²⁵ APEB, Seção Judiciária, 9/3886/0/7 (Autos Cíveis - Inventários e Testamentos).

²⁶ APEB, Seção Judiciária, 6/2600/3100/11 (Autos Cíveis - Inventários e Testamentos).

²⁷ APEB, Seção Judiciária, 03/895/1364/08 (Autos Cíveis - Inventários e Testamentos).

lista Bahiana e membro da Sociedade Bolsa dos Patriotas e da Irmandade da Conceição dos Artistas. Mas quando morreu, na trágica noite de 4 de julho de 1909, aparentemente vítima de uma bala perdida, suas duas filhas menores e a mãe das crianças ficaram em situação de “completa pobreza”. O *Diário de Notícias* descreveu o falecido como um “hábil artista pedreiro” e um “amante das ideias socialistas”, que “gozava de muita estima no seio da classe operária baiana”. De fato, o cortejo que conduziu o corpo de Anastácio do necrotério até o salão nobre do Centro Operário foi acompanhado por mais de cem amigos do falecido. Contudo, para que seus familiares não passassem privações, os antigos companheiros de Anastácio de Menezes, sob a liderança do rábula Cosme de Farias, do tipógrafo Francisco Miguel Chaves e de Severiano dos Passos, abriram uma subscrição com o objetivo de amparar sua esposa e suas filhas, comprando-lhes uma casa. Entre os contribuintes estavam Cosme de Farias, com cinquenta mil-réis; Severiano dos Passos, com trinta mil-réis; o artesão João Pedro Rodrigues Lima, com dez mil-réis; Dr. Octavio Mangabeira, com cinquenta mil-réis; e Miguel Calmon e Antonio Calmon, respectivamente, com duzentos e cem mil-réis. Várias capelas e coroas foram colocadas sobre o túmulo de Anastácio de Menezes, inclusive em nome de suas filhas – Silvina Baptista de Menezes e Flaviana Rosa de Menezes – e do Centro Operário. Mas duas chamavam a atenção: uma assinava “Maria dos Prazeres Góes Calmon, sincera amizade” e a outra “Ao bom e dedicado amigo Anastácio, lembrança de Maria Constancia”. Que laços de “amizade” ligariam uma senhora da rica e aristocrática família Calmon com um militante operário mestiço e socialista? Que tipo de lembranças Maria Constancia teria de Anastácio? Seria ela a mãe de suas filhinhas? As contribuições de Octavio Mangabeira e dos irmãos Calmon eram devidas às relações políticas que mantinham com o finado? Essas foram perguntas a que não conseguimos responder até o presente momento.²⁸

Voltemos à análise da Tabela 2. Os dados evidenciaram uma presença significativa de operários estatais na base do Centro Operário da Bahia. Um tipo de fonte importante para identificá-los são os almanaques.

²⁸ *Diário de Notícias*, Salvador, 5 jul. 1909, p. 5; 6 jul. 1909, p. 7; 13 jul. 1909, p. 5.

Tabela 2
Oficinas de filiados ao Centro Operário da Bahia por ramo

| Oficinas por ramo | Total | % |
|-------------------------------------|--------------|------|
| Marcenaria / Carpintaria / Serraria | 12 | 30,0 |
| Funilaria / fundição | 8 | 20,0 |
| Alfaiataria | 6 | 15,0 |
| Sapataria | 3 | 7,5 |
| Tipografia | 1 | 2,5 |
| Ourivesaria / relojoaria | 4 | 10,0 |
| Marmoraria | 1 | 2,5 |
| Carreiro | 1 | 2,5 |
| Santeiro | 1 | 2,5 |
| Chapelaria | 1 | 2,5 |
| Outro | 2 | 5,0 |
| Total da amostra | 40 | 100 |
| Não identificados | 1.136 | |
| Total geral | 1.176 | |

Fontes: APEB, Seção Judiciária, Inventários e Testamentos; Necrológios; Estatutos, Históricos, Atas, Relatórios e outros documentos do Partido Operário da Bahia, da União Operária Bahiana e do Centro Operário da Bahia; Memórias.

O *Almanach do Diário de Notícias de 1890*, por exemplo, dá conta de que, naquele ano, o Arsenal de Marinha da Bahia empregava quatro indivíduos que integraram o Partido Operário da Bahia, a União Operária Bahiana e o Centro Operário da Bahia: Félix José do Espírito Santo (mestre da oficina de ferreiros), Eduardo Soares da Silva Campos (contramestre da oficina de carapinas), Irênio Baptista dos Reis Lessa (mestre da oficina de modeladores) e Porphyrio Manuel Lopes (mestre da oficina de aparelhos e velas).²⁹

Figura marcante nesse grupo foi o artífice ferreiro do Arsenal de Marinha, Francisco Pedro do Bomfim, morto ao final da manhã de sábado, 10 de janeiro de 1891. Sob o antigo regime, integrara as hostes do

²⁹ *Almanach do Diário de Notícias* – 1890, pp. LX-LXIII.

Partido Liberal, sendo definido, em seu necrológico, como um “liberal intransigente”. Com a queda da Monarquia e a Proclamação da República, “desvaneceu-se da antiga crença liberal”, juntou-se ao alfaiate Elysiario Elyσιο da Cruz e ao carpinteiro José Maria de Souza e fundou o Partido Operário da Bahia, em junho de 1890, do qual fora primeiro secretário. Quando foi enterrado no Cemitério do Campo Santo, na tarde do dia 11 de janeiro de 1891, o popular Francisco Pedro do Bomfim contou com a presença de sua mulher, de seus sete filhos e de “mais de quinhentos amigos de todas as classes sociais”.³⁰

Os almanaques nos permitem saber que, além do Arsenal de Marinha, também no Arsenal de Guerra da Bahia existiam membros das organizações estudadas. O almanaque que foi feito para o ano de 1855, por exemplo, nos informa que, pelo menos, desde aquele ano, Francisco Martins Capella era contramestre da oficina de correios do Arsenal de Guerra da Bahia.³¹ Já o *Almanach do Diário de Notícias de 1897* nos deixa saber que o mestiço Antonio Bento Guimarães (1851-1907) era mestre da oficina de obra branca daquela instituição.³² Outro exemplo é o do Capitão da Guarda Nacional, Manuel da Natividade Moutinho, que, desde pelo menos 1873, trabalhava como mestre da oficina de obra branca do Arsenal de Guerra da Bahia, entrando para o Partido Operário em 1890 e falecendo em 16 de maio de 1896.³³

Os dados que obtivemos a partir do cruzamento das listas de associados da Sociedade Bolsa de Caridade, constantes de seus relatórios, com os de nosso banco de dados nos permitem pensar, contudo, que o número de operários dos dois arsenais, vinculados ao Centro Operário da Bahia era ainda maior. É que essa associação se chamava, originalmente, Sociedade Bolsa de Caridade do Arsenal de Guerra da Bahia, fundada no dia 8 de maio de 1872, sob a liderança do mestre de oficina

³⁰ *Pequeno Jornal*, Salvador, 12 jan. 1891, p. 2.

³¹ *Almanach da Bahia – 1855*.

³² *Almanach do Diário de Notícias – 1897*, pp. XXXVIII-XV.

³³ *Almanak administrativo, commercial e industrial da província da Bahia para o anno de 1873, quinquagésimo segundo da Independência e do Império*. Compilado por Albino Rodrigues Pimenta, Bacharel em Direito e Chefe de Seção da Secretaria da Presidência. Anno I. Bahia: Typographia de Oliveira Mendes & C., 1872, pp. 186-98; *Jornal de Notícias*, Salvador, 15 jun. 1896, p. 1.



Homenagem do Centro Operário da Bahia a Ismael Ribeiro dos Santos

de latoeiros e funileiros e alferes honorário do Exército, Justino Pereira de Britto, sob a proteção de Nossa Senhora do Noviciado, na Igreja dos Órfãos de São Joaquim. Era, pois, uma associação mutualista fechada, que congregava apenas operários daquela instituição. Com a crise e posterior extinção do Arsenal de Guerra, seus estatutos foram reformados, passando a se chamar, simplesmente, Sociedade Bolsa de Caridade, transformando-se numa organização mutualista aberta, admitindo em seus quadros “artistas e profissionais em geral”. Além disso, foi permitida a “admissão de senhoras parentas dos sócios”. Em momento posterior, além das esposas, os filhos dos sócios também puderam filiar-se, sendo dado a ambos o direito de votarem e serem votados para qualquer cargo.³⁴

³⁴ *Diário Oficial do Estado da Bahia*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado da Bahia, Edição Especial do Centenário, 2 jul. 1923, pp. 494-6. Em 1922, o número de associados era de 1.346.

Esse dado é importante, pois, por abrir caminho para verificação do real peso dos operários do Estado na base do Centro Operário da Bahia, operação que faríamos com maior precisão, caso conseguíssemos separar as listas de sócios da Bolsa de Caridade anteriores e posteriores à sua abertura aos trabalhadores de fora do Arsenal de Guerra, tarefa para a qual não logramos sucesso em função das limitações das fontes. Seja como for, nos relatórios aos quais tivemos acesso, de 1893, 1894, 1903, 1907, 1908, 1912, 1913, 1914, 1916, 1918 e 1922, encontramos 91 membros do Centro Operário como filiados da Sociedade Bolsa de Caridade, sendo plausível supor que a maior parte fosse formada por operários oriundos do Arsenal de Guerra.³⁵

³⁵ *Relatório apresentado à Assembléia Geral da Sociedade Bolsa de Caridade pelo Presidente da Direção Eduardo Victoriano de Souza na Sessão Magna do 21º aniversário em 11 de maio de 1893*, Bahia: Litho-Typographia V. de Oliveira & C., 1893; *Relatório apresentado à Assembléia Geral da Sociedade Bolsa de Caridade pelo Presidente da Direção Eduardo Victoriano de Souza na Sessão Magna do 22º aniversário em 27 de maio de 1894*, Bahia: Litho-Typographia V. de Oliveira & C., 1894; *Relatório apresentado em Assembléia Geral da Sociedade Bolsa de Caridade pelo Presidente do Diretório Euthymio da Cruz Baptista em Sessão Magna comemorativa do 31º aniversário em 14 de julho de 1903*, Bahia: 1903; *Relatório apresentado em Assembléia Geral da Sociedade Bolsa de Caridade pelo Presidente do Diretório Magna comemorativa do 35º aniversário em 14 de julho de 1907*, Bahia: 1907; *Relatório Sociedade Bolsa de Caridade exercício de 1907 a 1908. Presidente do Diretório Capitão Euthymio da Cruz Baptista em Sessão Magna comemorativa do 36º aniversário em 9 de agosto de 1908*, Bahia: 1908; *Relatório apresentado em Assembléia Geral da Sociedade Bolsa de Caridade pelo Presidente do Conselho Diretório J. Prudencio F. de Carvalho em Sessão Magna comemorativa do 40º aniversário em 30 de junho de 1912*, Bahia: Typographia e Encadernação do Liceu de Artes e Ofícios, 1912; *Relatório apresentado em Assembléia Geral da Sociedade Bolsa de Caridade pelo presidente do conselho diretório J. Prudencio F. de Carvalho em Sessão Magna comemorativa do 41º aniversário em 13 de julho de 1913*, Bahia: Typographia e Encadernação do Liceu de Artes e Ofícios, 1913; *Relatório apresentado em Assembléia Geral da Sociedade Bolsa de Caridade pelo Presidente do Conselho Diretório J. Prudencio F. de Carvalho em Sessão Magna comemorativa do 42º aniversário em 13 de setembro de 1914*, Bahia: Typographia e Encadernação do Liceu de Artes e Ofícios, 1914; *Relatório apresentado em Assembléia Geral da Sociedade Bolsa de Caridade pelo Presidente do Conselho Diretório José Prudencio F. de Carvalho na Assembléia Geral realizada em 7 de julho de 1916 e unanimemente aprovado*, Bahia: Typographia e Encadernação do Liceu de Artes e Ofícios, 1916; *Relatório apresentado em Assembléia Geral da Sociedade Bolsa de Caridade pelo Presidente do Conselho Diretório José Prudencio F. de Carvalho na Sessão realizada em 27 de junho de 1918 e unanimemente aprovado*, Bahia: Typographia e Encadernação do Liceu de Artes e Ofícios, 1918; *Relatório da Sociedade Bolsa de Caridade – Cinquenta anos de existência. 1872-1922. O seu movimento no exercício de 1921 a 1922, relatado pelo Presidente do Diretório J. Prudencio F. de Carvalho, em Assembléia Geral de 20 de junho de 1922 e na mesma unanimemente aprovado*, Bahia: Typographia e Encadernação do Liceu de Artes e Ofícios, 1922.

Por meio dos Relatórios dos Ministros da Marinha e da Guerra, é possível termos uma ideia do número de operários estatais empregados nessas instituições. O Arsenal de Marinha da Bahia, por exemplo, localizado na Ribeira das Naus, Cidade Baixa de Salvador, desenvolveu atividades de construção naval desde os tempos coloniais até o final do século XIX. Em 1880-1881, por exemplo, aquele estabelecimento ocupou-se da construção de quatro embarcações, sendo duas canhoneiras, uma cúter e uma galeota, além da montagem de uma serraria e vários consertos. Ao todo, empregavam 14 aprendizes, 21 artífices militares e 209 operários qualificados, sendo 94 carpinteiros, 29 carapinas, 23 calafates, cinco poleeiros, 30 ferreiros e 28 pedreiros.³⁶ Em 1884, o Arsenal de Marinha de Salvador ainda admitia a mão de obra de 179 operários.³⁷

Esse quadro não parece ter se alterado substancialmente até o advento da República, quando se observou um movimento no sentido de esvaziar a importância ou mesmo de extinguir vários arsenais em função de razões ligadas à estratégia militar.³⁸ De fato, em 5 de janeiro de 1899, um decreto federal extinguiu os arsenais de Marinha da Bahia e de Pernambuco, restando os do Pará, do Rio de Janeiro e do Mato Grosso.³⁹ O acervo do extinto Arsenal de Marinha da Bahia foi enviado ao Rio de Janeiro, e o grande edifício em que ele funcionava fora entregue aos Correios do Estado da Bahia.⁴⁰

O Arsenal de Guerra também tinha várias oficinas, entre as quais as de maquinistas, ferreiros, alfaiates e obras brancas (carpintaria). Em relatório de 1882, indicava-se como caminho para diminuir as despesas

³⁶ *Relatório apresentado à Assembléa Geral Legislativa na primeira sessão da décima oitava legislatura pelo Ministro e secretário de Estado dos negócios da Marinha Dr. José Rodrigues de Lima Duarte*, Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1882, pp. 38-9.

³⁷ *Relatório apresentado à Assembléa Geral Legislativa na primeira sessão da décima nona legislatura pelo Ministro e secretário de Estado dos negócios da Marinha Luiz Filipe de Souza Leão*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885, pp. 43-4.

³⁸ *Relatório apresentado ao Vice-Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado dos negócios da Marinha contra-almirante Custódio José de Mello em maio de 1892*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892, pp. 46-7.

³⁹ *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo almirante reformado Carlos Balthazar da Silveira, Ministro de Estado dos negócios da Marinha em abril de 1899*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899, p. 53.

⁴⁰ *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo contra-almirante J. Pinto da Cruz, Ministro de Estado dos negócios da Marinha em maio de 1901*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1901, p. 73.

públicas a conversão dos arsenais de Guerra da Bahia e Pernambuco em simples depósitos, deixando a produção de armas e munições para os do Rio de Janeiro e das províncias do Pará, Rio Grande do Sul e Mato Grosso.⁴¹ Naquele ano, o Arsenal de Guerra da Bahia tinha uma Companhia de Aprendizes Artífices, com 50 praças, e uma Companhia de Operários Militares, com 30.⁴² O relatório de 1892 dava conta de que as oficinas de obras brancas, maquinistas e ferreiros tinham funcionado regularmente em 1891, estando completas as companhias de Aprendizes Artífices e Operários Militares. Além disso, havia uma repartição de costuras, na qual trabalhavam cerca de 600 pessoas pobres, entre as quais familiares de oficiais do Exército falecidos. Naquele ano, doze mil peças de fardamento haviam sido fabricadas.⁴³ O relatório de 1894 informava que, no ano anterior, a repartição de costuras tinha 350 pessoas matriculadas, produzindo 6.200 peças de fardamento, e que a Companhia de Aprendizes Artífices estava com 81 membros, e a Companhia de Operários Militares possuía 58.⁴⁴

Mas, além dos artesãos e dos mestres de ofício dos arsenais de Marinha e de Guerra, encontramos nossos personagens trabalhando, também, em outras instituições estatais. É o caso de José Polybio da Rocha (1827-1894), mestre da oficina de marceneiros da Penitenciária do Estado, onde labutou por 29 anos. Tal qual Francisco Pedro do Bomfim, mencionado anteriormente, o capitão da Guarda Nacional José Polybio da Rocha também foi membro do Partido Liberal sob o Império, entrando para o Partido Operário da Bahia ainda em 1890 e sendo presidente da dissidência dessa organização, a União Operária Bahiana, em seguida.⁴⁵

⁴¹ *Relatório apresentado à Assembléa Geral Legislativa na primeira sessão da décima oitava legislatura pelo Ministro e secretário de Estado dos negócios da Guerra, Franklin Américo de Menezes Doria*, Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1882, p. 33.

⁴² *Relatório apresentado à Assembléa Geral Legislativa na terceira sessão da décima oitava legislatura pelo Ministro e secretário de Estado dos negócios da Guerra, Carlos Affonso de A. Figueiredo*, Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883, pp. 25-6.

⁴³ *Relatório apresentado ao Vice-Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo general de brigada Francisco Antonio de Moura, Ministro de Estado dos negócios da Guerra*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892, p. 33.

⁴⁴ *Relatório apresentado ao Vice-Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo general de brigada Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Cestallal, Ministro de Estado da Indústria, Viação e Obras Públicas e encarregado do expediente do ministério da Guerra*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894, pp. 28-9.

⁴⁵ Manuel R. Querino, *Artistas Bahianos* (indicações biográficas), Rio de Janeiro: 1909, pp. 194-7.

Outro exemplo a ser mencionado é o do carpinteiro preto e capitão da Guarda Nacional Juvenal Luiz Souto (1874-1921), que chegou a se eleger juiz de paz do Distrito de Nazaré em 1911 e foi mestre de carpintaria da Escola de Aprendizes Artífices até o dia em que morreu, em 2 de março de 1921.⁴⁶

As evidências mostraram, também, uma organização socialmente híbrida, isto é, além de agregar uma maioria de artesãos, abrigava, ainda, um número significativo de 31 (5,1%) sujeitos, que eram contra-mestres e mestres de oficinas, mestres de obras, construtores e pequenos empreiteiros. Os números apontam, igualmente, para uma forte presença negro-mestiça entre esses indivíduos. Sobre esse aspecto, além do já conhecido capitão da Guarda Nacional e mestre de obras mestiço Domingos Francisco da Silva (1865-1914), podemos citar vários outros casos.

Ilustrativa é a trajetória do empreiteiro de obras José Maria da Conceição (1867-1950), classificado pelas fontes como preto, que edificou um patrimônio composto por cinco casas, sendo quatro na antiga Rua do Queimado, rebatizada rua Campos França, no Distrito de Santo Antonio, e metade da casa de sua residência, na Rua da Independência, n. 35, Distrito de Santana, além de uma propriedade de quatorze tarefas de terras na localidade de Feira Velha (atual Dias D'Ávila). Sua esposa, a preta de prendas domésticas Alexandrina Lídia da Conceição (1878-1959), morreu quase uma década depois e foi enterrada no Cemitério do Campo Santo, ao lado de seu marido. O espólio do casal foi herdado pela médica Olga Lídia da Conceição, sua única filha.⁴⁷

Edificar casas para garantir a moradia e/ou o sustento futuro de sua família por meio de aluguéis parece ter sido o raciocínio desenvolvido, também, pelo empreiteiro de obras Ambrosio José Querino (1870-1947), que legou aos seus herdeiros uma casa térrea de sua residência, com um pequeno sótão, mobiliada e com terrenos em volta, na Rua do Ypiranga, Distrito de Santo Antonio, em frente ao Cemitério da Quinta dos Lázarus, e outras quatro pequenas casas térreas, localizadas na Travessa dos Pas-

⁴⁶ APEB, Seção Judiciária, 5/2227/2727/03 (Autos Cíveis - Inventários e Testamentos).

⁴⁷ APEB, Seção Judiciária, 06/2728/12 (Autos Cíveis - Inventários e Testamentos).

sos, no fundo da edificação principal. Ao fazer seu testamento, em 11 de junho de 1945, contando 77 anos, Ambrósio José Querino declarou que vivera, por muitos anos, com Josefa Maria Vitória, sua “saudososa companheira”, casando-se com ela na Igreja Católica algum tempo depois. Josefa morreu naquele ano de 1945, quando Ambrósio resolveu fazer seu testamento, dizendo que de seu feliz matrimônio teriam nascido quatro filhos: Vitorino de Assis Querino, que seguiu o ofício do pai – construtor civil –, Leonarda Florencia Querino, Domingas Eremita Querino e Joana Anatilde Querino. O antigo membro do Centro Operário da Bahia, que também havia integrado o Club Socialista, deixou registrado, ainda, que não havia tido “filhos naturais”, isto é, fora do matrimônio com Josefa, e que destinava metade de tudo que possuía para sua filha solteira Joana Anatilde Querino, “em sinal de público reconhecimento e gratidão pelos desvelos” que lhe dedicara havia vários anos. Como seu último desejo, prevendo que fossem difíceis a manutenção e a conservação das referidas casas que construía, Ambrosio José Querino autorizou a venda dos imóveis que deixara para seus filhos, mas recomendou que fizessem “criteriosa aplicação da parte que lhe tocar”, pois tudo que tinha havia sido adquirido “com muito trabalho, honestidade e economia”.⁴⁸ Já o construtor pardo Thomaz Gonsalves dos Santos (1881-1949), quando morreu, aos 68 anos, possuía uma casa térrea na rua Cruz Rios, n. 24, Distrito da Penha, e outra em Dias D’Ávila.⁴⁹

Mas nem todos os mestres de ofício conseguiram ser suficientemente bem-sucedidos para legar um futuro de conforto e segurança aos seus sucessores. Prova disso é o caso do construtor Euthymio Candido dos Reis, falecido em 1924, proprietário de três terrenos e uma casa no Distrito de Santo Antonio, mas a dívida que a municipalidade soteropolitana tinha com ele era grande o suficiente para arruinar financeiramente um pequeno empreiteiro que, na maioria das vezes, não era mais que um operário qualificado, dispondo de um pequeno capital para arregimentar outros oficiais e realizar determinadas obras sob encomenda. É que, em 27 de fevereiro de 1915, Euthymio firmou um contrato de em-

⁴⁸ APEB, Seção Judiciária, 7/2742/ - /8 (Autos Cíveis - Inventários e Testamentos).

⁴⁹ APEB, Seção Judiciária, 7/2773/ - /2 e 6/2293/2793/12 (Autos Cíveis - Inventários e Testamentos).

preitada com o município de Salvador para execução de obras de melhoramentos nas ruas 1º de Dezembro, 20 de Agosto e 2 de Fevereiro e no Largo da Fonte, todas na localidade chamada Cidade de Palha, no 2º Distrito de Santo Antonio. O contrato era no valor de 35 contos de réis, previa serviços de corte, aterro e construção de uma muralha de alvenaria de pedra com argamassa, medindo 55 metros, e deveria estar pronta em seis meses. O trabalho foi tocado pelo “honesto empreiteiro de obras”, até a sua suspensão por ordem direta do intendente Pacheco Mendes. A comuna já devia treze contos de réis a Euthymio em 1917, quando as obras foram retomadas, sem pagamento, para serem interrompidas outra vez em 1919, ocasião em que o empreiteiro recebeu algum dinheiro, mas ainda lhe deviam quase cinco contos de réis. Em 1920, o Conselho Municipal elevou esse valor a pouco mais de quatorze contos de réis, mas em julho de 1923, cerca de um ano antes de sua morte, Euthymio recorreu à Justiça em função de ainda não ter recebido tal pagamento.⁵⁰

Apesar de grande número desses personagens se concentrar na área da construção civil, havia alguns indivíduos exercendo funções de direção da produção em outros setores da economia, a exemplo do alfaiate mestiço e mestre da Manufatura Moderna José Balbino Falcão (1848-1914), que, além do Centro Operário da Bahia, pertencia, também, à Irmandade do Senhor Bom Jesus da Paciência.⁵¹

No conjunto do mundo do trabalho manual, no qual estamos incluindo os operários, os artesãos, os mestres, os empreiteiros e os construtores, pudemos verificar que quarenta deles não apenas possuíam suas próprias ferramentas, mas eram proprietários de oficina. Conseguimos identificar a cor de sete deles: dois brancos, um preto, um pardo e três mestiços. A Tabela 2 mostra a diversidade de oficinas de propriedade de filiados ao Centro Operário da Bahia. O caso que nos pareceu mais expressivo, dentre os operários qualificados que possuíam suas próprias tendas de trabalho, foi o do ferreiro mestiço e tenente da Guarda Nacional Francisco Luiz de Azevedo (1844-1913), pois constava de seu volumoso inventário um espólio formado, entre outras coisas, por uma grande oficina de fundição, equipada com caldeiras, geradores, tornos, má-

⁵⁰ APEB, Seção Judiciária, 6/2410/2910/1 (Autos Cíveis - Inventários e Testamentos).

⁵¹ *Diário de Notícias*, Salvador, 31 jul. 1914, p. 2.

quinas de furar e de atarraxar, tanques, forjas, fornos para fundir, ventiladores e ferramentas diversas de ferreiro e caldeireiro, avaliados em quase dezessete contos de réis apenas os maquinismos e instrumentos de trabalho. Além da “Fundição do Pilar” e dos supracitados equipamentos do ofício de ferreiro, Francisco Luiz de Azevedo era proprietário, ainda, de duas casas térreas na Estrada das Boiadas, Freguesia de Santo Antonio, e de terras em Camaçari.⁵²

É claro que nem todos os operários que montaram a sua própria oficina de trabalho lograram a estabilidade e a ascensão social com a qual sonharam. Como exemplo, podemos mencionar o sapateiro branco José Pataro dos Santos (1879-1936), italiano, proprietário de uma oficina de sapateiro no Distrito dos Mares e de uma taberna, em sociedade com José Britto, no Largo do Retiro, Distrito de Santo Antonio. Segundo a repartição fazendária, consultada no momento de fazer o inventário do personagem, José Pataro dos Santos devia quase cinco contos de réis em impostos, o que certamente pesava negativamente, mesmo para ele, que legara três casas térreas no Distrito de Santo Antonio, sendo uma na rua José Barros Reis, n. 702, avaliada em oito contos de réis (onde funcionava a oficina), e outras duas no fundo da primeira, avaliadas em duzentos mil-réis, cada. De fato, a conclusão do inventário indicava que José Pataro tinha, em ativos, pouco mais de um conto de réis em móveis e mercadorias e seus imóveis foram arrematados por oito contos e quinhentos mil-réis em hasta pública. Somados, os bens tinham produzido menos de dez contos, mas o falecido havia deixado, além do débito fazendário de quase cinco contos de réis, uma dívida hipotecária de treze contos. O processo de inventário foi encerrado e os autos arquivados, já que nada havia a partilhar com os herdeiros.⁵³

Todavia, o caso de um mestre de ofício que foi malsucedido com sua oficina não parece ter sido a regra. Os inventários e os testamentos consultados nos autorizam a dizer o oposto. Muitos desses artífices tinham aprendido e exercido seus ofícios ainda no século XIX. Alguns montaram a sua oficina também sob o Império e continuaram a garantir uma vida decente para si e para os seus sob a República. Um deles foi

⁵² APEB, Seção Judiciária, 1/387/747/10 (Autos Cíveis - Inventários e Testamentos).

⁵³ APEB, Seção Judiciária, 05/2251/2751/03 (Autos Cíveis - Inventários e Testamentos).

o sapateiro Raymundo Nonato da Silva, dono da Sapataria Acadêmica, nas Portas do Carmo, que, no anúncio que fizera para o almanaque de 1887, gabava-se de ter “grande sortimento de calçados nacionais” e de aprontar “com presteza e perfeição qualquer encomenda”, já que dispunha de “bom pessoal e aviamentos de primeira qualidade”.⁵⁴

Outro exemplo é o do artista pardo Agretencio Pinto de Andrade (1880-1932), proprietário de uma oficina de pianos, equipada com uma máquina de encamurçar, três motores, uma máquina de perfurar, uma plaina para ajuste, uma serra circular, uma máquina de fazer bordão, um eixo para mover as máquinas, instalação elétrica e materiais usados naquele ofício.⁵⁵ É possível ilustrar a situação também com o exemplo do marceneiro Manuel Salustiano do Bomfim (1849-1901), proprietário de uma marcenaria, uma loja de móveis e um depósito de mobílias austríacas, localizados em um grande sobrado na Rua da Preguiça, Distrito da Conceição da Praia.⁵⁶ Por fim, podemos citar os alfaiates Marcolino de Almeida Ceslau, estabelecido com uma alfaiataria na Rua do Palácio,⁵⁷ e José Roque Pinto (1840-1894), que possuía uma tenda de mesmo ofício na rua Conselheiro Dantas.⁵⁸

Alguns artesãos herdaram não apenas o orgulho e o *status* do ofício, mas a própria oficina de trabalho de seus pais. Foi o que aconteceu com o marceneiro Victorino José Pereira Junior (1841-1914), que herdara de seu progenitor uma fábrica de mobílias, fundada em 1831, localizada na rua da Preguiça, rebatizada de rua Dr. Manuel Victorino, em homenagem a seu irmão, Manuel Victorino Pereira, que fora governador da Bahia (23/11/1889-25/04/1890).⁵⁹ Por meio de seu necrológio, ficamos sabendo que Victorino José Pereira Junior era filho de pai português, mas parece ter nascido no Brasil, tendo sido vinculado à Irman-

⁵⁴ *Almanach litterário e de indicações para o ano de 1887*. Organizado pela empresa Prudêncio de Carvalho & Rocha. Província da Bahia: 1886, p. 50.

⁵⁵ APEB, Seção Judiciária, 6/2342/2842/3 (Autos Cíveis - Inventários e Testamentos).

⁵⁶ APEB, Seção Judiciária, 1/40/44/6 (Autos Cíveis - Inventários e Testamentos); *Almanach litterário e de indicações para o ano de 1889*. Direção de Prudêncio de Carvalho, Bahia: Typographia do Bazar, 1888, p. 81.

⁵⁷ *Jornal de Notícias*, Salvador, 25 jan. 1893, p. 2.

⁵⁸ *Almanach litterário e de indicações para o ano de 1887*. Organizado pela empresa Prudêncio de Carvalho & Rocha, Província da Bahia: 1886, p. 33.

⁵⁹ *Almanach do Diário de Notícias* – 1883, p. 61.

dade da Conceição da Praia, além de ter ocupado o cargo de diretor do Liceu de Artes e Ofícios da Bahia e obtido a patente de Capitão (depois, de coronel) da Guarda Nacional, engajando-se no jogo político estadual, inclusive por meio do Partido Operário da Bahia, sob a República.⁶⁰

Vários mestres de ofício filiados ao Centro Operário da Bahia possuíam estreitos vínculos (inclusive políticos) com o governo em função dos contratos de empreitada que firmavam com o Estado para a realização de obras públicas. Os relatórios da Secretaria da Agricultura, Indústria, Viação e Obras Públicas constituem-se em boas fontes para o mapeamento dessas relações. Em outubro de 1896, por exemplo, o empreiteiro João Damasceno Alves da Costa foi contratado para reformar a sacristia da Igreja da Palma, finalizando os trabalhos em fevereiro de 1897, ao custo de 1:637\$956. Já o empreiteiro preto e major da Guarda Nacional José Pereira de Lacerda (1855-1931), que havia sido membro da direção do Partido Operário em 1890 e se elegera suplente de Conselheiro Municipal em 1896 pela chapa do Centro Operário, foi contratado em março de 1897 para a construção de um muro no Instituto Normal, ao custo de 2:664\$680. O mestre Sisnando Alves do Carmo Rocha, seu companheiro na organização operária, também realizou obras no Instituto Normal em 1897, recebendo 2:528\$766 por seus trabalhos. O tenente-coronel da Guarda Nacional e empreiteiro Júlio Fernandes Leitão, que seria presidente do Centro Operário da Bahia em 1918-1919, fez as reformas na Inspetoria de Higiene em 1897, recebendo pelas obras um total de 1:186\$213. Um último caso que merece destaque é o do empreiteiro Tertuliano Francisco da Silva Guimarães, chamado em 1897 para encampar diversas obras no Quartel de Polícia, localizado no Largo da Mouraria. O orçamento dos trabalhos montava a 8:647\$091. Contudo, como o ritmo dos trabalhos estava lento, o contrato foi desfeito, mas Tertuliano ainda recebeu nada menos que 5:324\$962. Para substituí-lo, contratou-se Anacleto Dias da Silva, outro empreiteiro filiado ao Centro Operário, ao qual foram pagos 987\$527, já que ele também não conseguiu concluir a obra dentro dos prazos fixados.⁶¹

⁶⁰ *Diário de Notícias*, Salvador, 7 ago. 1914, p. 2.

⁶¹ *Relatório apresentado ao Exmº Sr. Conselheiro Luiz Vianna, governador do estado da Bahia, pelo engenheiro civil José Antonio Costa, Secretário da Agricultura, Indústria, Viação e Obras Públicas em o anno de 1897*. Bahia: Typ. do “Diário de Notícias”, 1898, pp. 103, 145, 164-5, 174 e 176-7.

Apesar dos constantes apelos feitos pelas lideranças “aos artistas, operários e proletários”, indicando um esforço de construção de uma unidade de classe dos trabalhadores, tudo nos leva a crer que os operários desqualificados ou semiqualeificados – em especial os das fábricas têxteis e do setor fumageiro – não possuíam vínculos diretos com o Partido Operário da Bahia, a União Operária Bahiana ou o Centro Operário da Bahia. Pareciam estar excluídos das formas clássicas de organização sindical e política autônomas, estando vinculados às sociedades beneficentes das fábricas e submetidos à disciplina e à vigilância patronal nas vilas operárias, mantidas e controladas pelos capitães da indústria têxtil.⁶² Não é à toa que o primeiro sindicato dos operários desse ramo de produção, livre dos patrões, só tenha surgido em 1919, ano em que os tecelões tomaram parte ativa na greve geral de junho e na que paralisou o setor em setembro.⁶³

Há uma remota possibilidade de que os operários têxteis apenas estivessem ocultos em função de terem salários mais baixos, *status* e condições de trabalho inferiores aos dos artesãos, mas o fato é que não conseguimos identificar nenhum operário fabril nas fileiras dessas entidades. Os estivadores, os marítimos e os carregadores, apesar de associados, respectivamente, ao Centro Defensor dos Trabalhadores do Mar na Bahia e à União Operária dos Carregadores, que, por sua vez, eram sociedades vinculadas à Federação Socialista Bahiana, também não parecem ter integrado organicamente o Partido Operário da Bahia, a União Operária Bahiana ou o Centro Operário da Bahia. Por fim, não localizamos nenhum ferroviário filiado às organizações estudadas. Os artesãos qualificados formavam a base dessas instituições.

Esse é um dado importante, pois é possível que os setores da classe trabalhadora que não integravam o Centro Operário da Bahia fossem os que abrigassem a maioria dos pretos e os que mais sentiam o

⁶² Sobre o sistema de *fábrica com vila operária*, seu papel na atração, fixação e disciplinamento da força de trabalho, bem como suas implicações no processo de organização política e sindical dos trabalhadores, ver José Sergio Leite Lopes, *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*, São Paulo: Marco Zero/UnB/CNPq, 1988.

⁶³ Estatutos da Sociedade União Geral dos Tecelões da Bahia. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, Salvador: 11 set. 1920.

peso do racismo e da exclusão. O caso dos ganhadores, estudado por João José Reis, é emblemático. Em 1857, esse grupo ocupacional era formado exclusivamente por africanos escravos e libertos de Salvador. Em 1887, o peso dos africanos natos havia caído pela metade, mas eles não estavam sendo substituídos pelos brancos, na dura tarefa de carregar coisas e pessoas pelas tortuosas ruas e íngremes ladeiras da cidade, e sim pelos mestiços, e, principalmente, pelos pretos brasileiros, que constituíam 83,4% dos matriculados nos *cantos de trabalho* naquele ano.⁶⁴

De fato, é preciso reconhecer a possibilidade de que boa parte dos pretos estivesse entre aqueles grupos que o Censo de 1920 qualificou de “serviço doméstico”, composto por 11.247 pessoas, “profissões maldefinidas”, formado por 11.204 indivíduos, e “profissão não-declarada e sem profissão”, com o incrível número de 163.410 sujeitos, correspondente a 57,7% dos 283.422 habitantes de Salvador naquele ano. Por outro lado, o setor industrial e o de extração garantiam trabalho para 45.653 (16,1%) operários e os de transportes marítimos e fluviais e terrestres empregavam, respectivamente, 3.212 (1,1%) e 5.770 (2,0%) trabalhadores. O setor comercial e financeiro assegurava o emprego de 15.780 (5,6%) pessoas, ao passo que a administração pública e privada oferecia colocação para 3.406 (1,2%) e 1.185 (0,5%), respectivamente. Os rentistas compunham um pequeno grupo de 645 (0,3%) pessoas. Por fim, existia um setor agropastoril e pesqueiro composto por 13.121 (4,6%) indivíduos, o que é revelador da mistura entre o rural e o urbano na capital baiana.⁶⁵

Seja como for, quando somamos os 456 artesãos aos 31 contramestres e mestres de oficinas, mestres de obras, construtores e pequenos empreiteiros, foi possível verificar que o mundo do trabalho manual correspondia a 80,1% dos membros do Centro Operário da Bahia. Porém, é preciso dizer que essa organização abrigava, ainda, indivíduos pertencentes a outras classes e grupos sociais, conforme já vimos. Assim, localizamos três caixeiros, quatro industriais, treze comerciantes ou negociantes, um banqueiro ou fi-

⁶⁴ João José Reis, “De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da abolição”. *Afro-Ásia*, n. 24 (2000), pp. 199-242.

⁶⁵ Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920*. Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, v. IV (5ª Parte - População), 1930, pp. 362-3.

nancista, três proprietários, 66 profissionais liberais e dezessete funcionários públicos municipais, estaduais e federais. Entre os industriais estavam Luiz Tarquínio (1844-1903), proprietário da Companhia Empório Industrial do Norte, e Antonio Francisco Brandão Jr. (1844-1920), filho de um rico comerciante português⁶⁶ e proprietário do famoso Burgo Industrial da Plataforma, um complexo formado por fábricas de tecidos, sapatos e sabão e de uma vila operária com 208 casas, patrimônio que depois foi incorporado à Companhia Progresso Industrial da Bahia.⁶⁷

Esse dado é importante por revelar o significado da presença de pessoas de outras classes sociais na organização em estudo. Sua presença estava relacionada às redes de clientelismo que se formaram e que apareciam de modo explícito por ocasião das eleições, já que era comum a burguesia tentar usar seus operários como eleitores nos pleitos institucionais da República. A presença desses industriais, comerciantes, proprietários e até de um banqueiro, somada ao fato já mencionado de muitos artesãos qualificados pertencentes ao Centro Operário possuírem oficinas, condicionou o ideário reformista e a prática política moderada dos membros da organização em tela.

Do grupo dos profissionais liberais, destacamos o farmacêutico Amaro de Lellis Piedade (1856-1908). Apesar de sua formação, obtida junto à Faculdade de Medicina da Bahia, foi ao jornalismo engajado nas grandes causas da Abolição e da República e à questão social que Lellis Piedade se dedicou. Foi repórter, inicialmente, do *Diário de Notícias*, onde ficou até 1886, ano em que foi dirigir o *Jornal de Notícias*, ao qual permaneceu ligado, praticamente, até a sua morte, ocorrida em 1º de fevereiro de 1908. Já sob a República, foi subdelegado da Freguesia da Penha, e o governador Virgílio Clímaco Damásio o nomeou funcionário da Secretaria da Câmara dos Deputados Estaduais, cargo que exercera até adoecer. Elegeu-se deputado estadual por três vezes, inclusive para a Constituinte Estadual de 1891. Católico convicto, Lellis Piedade destacou-se como secretário do Comitê Patriótico da Bahia, uma organiza-

⁶⁶ APEB, Seção Judiciária, 07/2888/ - /14 (Autos Cíveis - Inventários e Testamentos).

⁶⁷ APEB, Seção Judiciária, 6/2356/2856/13 (Autos Cíveis - Inventários e Testamentos); *Diário Oficial do Estado da Bahia*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado da Bahia, Edição Especial do Centenário, 2 jul. 1923, pp.274-6.

ção humanitária criada em 28 de julho de 1897, momento em que o arraial de Canudos recebeu o ataque da IV Expedição do Exército Brasileiro. Ao objetivo inicial de socorrer os soldados feridos em combate contra os adeptos de Antonio Conselheiro, logo se somou o amparo às crianças e mulheres sertanejas, vítimas da violência e da sanha destruidora dos militares e das classes dominantes.⁶⁸

Muitos dos filiados ao Centro Operário, que foram classificados como profissionais liberais e funcionários públicos eram autoridades que integravam a organização na condição de sócios honorários, beneméritos e benfeitores, e que, junto com outras pessoas de prestígio e poder, como os industriais e os comerciantes já mencionados, atuavam na mediação e/ou consecução de isenções de impostos e nas subvenções municipais, estaduais e até federais para a entidade estudada.⁶⁹

No entanto, cabe perguntar, essas organizações tão diversas em termos sócio-ocupacionais seriam igualmente heterogêneas quanto à variável étnico-nacional ou não? Para responder a essa questão, vamos valer das informações que extraímos dos necrológicos, dos inventários e dos testamentos que pesquisamos, mantendo as classificações de “cor” e “raça” neles presentes.⁷⁰ De nossa amostra de 1.176 associados, identificamos a cor de 133 deles, isto é, 11,3% dos filiados. Como se pode ver na Tabela 3, encontramos 32 (24,1%) brancos, 40 (30,1%)

⁶⁸ APEB, Seção Judiciária, 8/3463/ - /33 e 1/342/655/3 (Autos Cíveis - Inventários e Testamentos); *Jornal de Notícias*, Salvador: 27 fev. 1890, pp. 1 e 3 fev. 1908, p. 1; *Diário de Notícias*, Salvador, 4 jul. 1903, p. 2; Lélis Piedade, *Histórico e Relatório do Comitê Patriótico da Bahia* (1897-1901), Edição, apresentação, notas e projeto gráfico Antonio Olavo, 2ª ed., Salvador: Portfolium, 2002. Escrito em 1901, o *Histórico e Relatório do Comitê Patriótico da Bahia*, da lavra de Lélis Piedade, testemunha ocular dos dramáticos acontecimentos do sertão em fins do século XIX, constitui-se em fonte imprescindível para os estudiosos do assunto ainda hoje.

⁶⁹ O já citado relatório da entidade, referente ao biênio de abril de 1917 a março de 1919, dava conta da existência de 45 sócios beneméritos entre autoridades públicas, parlamentares, professores, médicos, farmacêuticos, advogados, militares, clérigos, comerciantes e outros. Na lista, constavam os nomes do Marechal Hermes da Fonseca, presidente da República entre 1910-1914, de J. J. Seabra, governador da Bahia nos mandatos de 1912-1916 e 1920-1924, de Antonio Ferrão Moniz de Aragão, seu sucessor na chefia do executivo baiano entre 1916 e 1920, dos deputados federais Mário Hermes da Fonseca e João Augusto Neiva e do chefe de polícia José Álvaro Cova.

⁷⁰ Como se sabe, as classificações de cor são definidas historicamente, variando no tempo. Sobre o assunto, ver: Jocélio Teles dos Santos, “De pardos disfarçados a brancos pouco claros: classificações raciais no Brasil dos séculos XVIII-XIX”, *Afro-Ásia*, n. 32 (2005), pp. 115-37.

Tabela 3
Classificação por cor dos filiados
do Centro Operário da Bahia

| Cor | Total | % |
|--------------------|--------------|----------|
| Preta | 40 | 30,1 |
| Branca | 32 | 24,1 |
| Parda | 20 | 15,0 |
| Mestiça | 41 | 30,8 |
| Total da amostra | 133 | 100 |
| Não identificados | 1.043 | |
| Total geral | 1.176 | |

Fontes: APEB, Seção Judiciária, Inventários e Testamentos; Necrológios; Estatutos, Históricos, Atas, Relatórios e outros documentos do Partido Operário da Bahia, da União Operária Bahiana e do Centro Operário da Bahia; Memórias.

pretos, 20 (15,0%) pardos e 41 (30,8%) mestiços. Se acreditarmos que esta amostra é representativa do conjunto da entidade, temos 75,9% dos filiados pertencentes ao grupo dos não brancos. Portanto, podemos dizer que o Centro Operário da Bahia foi formado majoritariamente por brasileiros negro-mestiços.

Essa suposição se fortalece quando comparamos os dados de nossa amostra com a distribuição por cor da população masculina total de Salvador. Do total de 174.408 habitantes da capital baiana em 1890, 91.806 (52,6%) eram mulheres e 82.602 (47,4%), homens. O censo brasileiro de 1890 também adotou quatro categorias classificatórias de “raça”. Do universo masculino, 27.631 (33,5%) eram brancos, 21.213 (25,7%) pretos, 5.387 (6,5%) caboclos e 28.371 (34,3%) mestiços. Portanto, enquanto os pretos constituíam o grupo mais numeroso de nossa amostra do Centro Operário da Bahia, na cidade de Salvador os mestiços eram os mais abundantes. Quanto aos brancos, eram em quantidade bem maior na sociedade que na associação dos trabalhadores. No conjunto, pretos, mestiços e caboclos correspondiam a 68% da população da capital baiana, contra os 75,9% de não brancos da entidade operária. Pode-se afirmar com maior margem de segurança, pois, que a população negro-mestiça era maior entre as classes trabalhadoras e

que encontramos mais brancos na medida em que olhamos para os degraus mais altos da hierarquia social de Salvador.⁷¹

Isso fica ainda mais evidente quando constatamos que o grupo dos brancos existentes na organização política era composto, em sua quase totalidade, por indivíduos das classes médias e da burguesia. Cruzando as variáveis ocupação e cor para 126 integrantes do Centro Operário da Bahia, obtivemos os seguintes resultados: dos 84 artesãos e mestres de ofício, 75 (89,3%) eram pretos, pardos e mestiços, enquanto apenas 9 (10,7%), brancos. No grupo dos funcionários públicos, identificamos a cor de quatorze indivíduos, sendo um preto, cinco brancos, três pardos e cinco mestiços. Dos dez profissionais liberais para os quais descobrimos a cor, oito eram brancos e dois pretos, e entre os nove comerciantes para os quais conseguimos informações, sete eram brancos e dois, mestiços.

Seja como for, é possível que muitos membros do Centro Operário da Bahia, classificados pelas autoridades notariais como pardos, fossem, na realidade, pretos, do ponto de vista do fenótipo, fato que pudemos depreender a partir das várias fotografias às quais tivemos acesso. Afinal, conforme demonstrado por Hebe Mattos, o termo preto, no século XIX, remetia a uma condição de escravo ou forro ou mesmo africano. A noção de cor, trazida da era colonial para o período imperial, não se prestaria, prioritariamente, a matizar a pigmentação ou os diferentes níveis de mestiçagem da população, mas se ligaria, fundamentalmente, à condição social dos indivíduos.⁷²

⁷¹ Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Diretoria Geral de Estatísticas. *Sexo, raça e estado civil, nacionalidade, filiação, culto e analfabetismo da população recenseada em 31 de dezembro de 1890*, Rio de Janeiro: Officina da Estatística, 1898, pp. 20-1. O quadro traçado a partir do censo de 1890 não parece ter-se alterado significativamente nas duas décadas seguintes, principalmente considerando que não houve imigração estrangeira em massa para a Bahia. Uma estimativa para 1910 dava conta de que naquele ano a população de Salvador era de 250 mil habitantes, sendo 12.500 (5%) de estrangeiros, 75.000 (30%) de brancos brasileiros, 50.000 (20%) de negros e 112.500 (45%) de mestiços. Observe-se que as categorias de pardo e caboclo desaparecem nessa estatística, mas o número de mestiços dessa fonte é consistente com a soma de mestiços e pardos / caboclos da documentação notarial e censitária. Quanto aos brancos, a soma dos brasileiros dessa cor com os estrangeiros nos dá como resultado um percentual próximo ao que achamos para 1890. *Diário de Notícias*, Salvador: 7 mar. 1910, pp. 1-2.

⁷² Hebe Maria Mattos, *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, século XIX*, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995, especialmente os capítulos 5 e 16.

Mesmo que relativizemos a tese do desaparecimento da cor e tenhamos em conta os contextos diferentes, a questão permanece, pois, de nossa amostra de 1.176 filiados ao Centro Operário, conseguimos identificar a data de nascimento 143 (12,2%). Destes, 135 (94,4%) nasceram entre as décadas de 1810 e 1880 e apenas 8 (5,6%) vieram ao mundo na década de fundação da organização dos trabalhadores. Portanto, parece legítimo concluir que esses indivíduos, tendo nascido e vivido na vigência da escravidão, assumiram a classificação de pardo que lhes fora dada nos cartórios pelos escrivães, pois, mesmo após a Abolição, ela lhes possibilitaria esquivar-se de uma memória e de um passado ligados, direta ou indiretamente, ao cativo.

Quanto aos estrangeiros, eles eram apenas seis em todo o universo dos 1.176 membros das organizações estudadas, dos quais três eram italianos e três eram portugueses, todos ocupando posições sociais distintas. Um deles era o marceneiro italiano João Angelo Lucciola (1875-1939), que chegou a ser sócio de Emilio Cappa na carpintaria Ítalo-Brasileira, da qual se desvinculou em 1936.⁷³ Outro caso é o do comerciante Giuseppe Nicola Perrelli, também italiano, natural da Calábria, falecido em 18 de setembro de 1965.⁷⁴ Aqui há uma sintonia com os dados censitários que temos sobre a composição nacional da população soteropolitana, já que, em 1920, os estrangeiros eram apenas 7.763, isto é, 2,7% dos 283.422 habitantes de Salvador.⁷⁵

A análise da amostra tem evidenciado, também, que aquele era um mundo masculino em que as mulheres não podiam ocupar cargos de direção, nem mesmo se filiar à maioria das associações existentes naquele momento. A maioria desses homens nasceu nas décadas de 1850, 1860 e 1870, sendo plausível supor que tenham vivido sob a experiência da escravidão ou que sejam descendentes de escravos. Quanto às mulheres, elas eram, segundo a Constituição da entidade, apenas, as beneficiárias, juntamente com seus filhos, das vantagens securitárias oferecidas pela associação aos familiares dos sócios. Isso talvez explique por

⁷³ APEB, Seção Judiciária, 6/2463/2963/6 (Autos Cíveis - Inventários e Testamentos).

⁷⁴ APEB, Seção Judiciária, 9/3883/0/4 (Autos Cíveis - Inventários e Testamentos).

⁷⁵ *Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920*, Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, 1927, v. IV (1ª Parte – População), pp. 52-3; 308-11; 598-601, (2ª Parte – População), p. 6.

que a organização tinha forte penetração no mundo artesanal, mas desempenho pífio no setor fabril. Provavelmente era nas fábricas têxteis de Salvador e de charutos das cidades do Recôncavo que as operárias estavam empregadas, vivendo sob a rígida disciplina e o controle paternalista dos patrões e de seus agentes. Como não podiam participar do Centro Operário, algumas delas – as que pertenciam à fração de classe que dispunha de uma maior autonomia – resolveram criar a sua própria associação, a União Socialista das Costureiras.

Mas o predomínio dos artesãos deve-se, também, ao fato de eles serem o setor mais instruído da classe operária, ao passo que os trabalhadores fabris, em geral, não possuíam escolaridade, portanto, não tinham cidadania política, conforme estabelecido pela Lei Saraiva (1881), que tirava dos analfabetos seus direitos políticos, exclusão que foi mantida pela Constituição Federal de 1891. De resto, como ocorria em quase todo o mundo, também as mulheres não tinham direito ao voto. Essas informações nos fazem pensar que, talvez, a ausência dos operários e das operárias fabris do quadro de filiados do Centro Operário não fosse um fato aleatório ou ditado pelo acaso, mas uma escolha imposta pela racionalidade política da época, já que o Centro Operário da Bahia era, efetivamente, uma organização engajada no jogo eleitoral de seu tempo e, portanto, não interessaria ter membros destituídos de direitos políticos.

* * *

Um número muito grande de indivíduos da amostra analisada fez parte de uma verdadeira constelação associativa, formada por muitas irmandades religiosas e sociedades mutualistas, nas quais já faziam política desde o oitocentos. Como se sabe, as irmandades eram espaços privilegiados para a construção de identidades sociais. Nelas, para além das funções securitárias, africanos, crioulos e pardos, fossem eles escravos, livres ou libertos, definiam e redefiniam identidades étnicas, faziam alianças, negociavam e conflitavam entre si ou com os brancos.⁷⁶

⁷⁶ Ver, entre outros, João José Reis, *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995; Lucilene Reginaldo, “Os rosários dos Angolas: irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia setecentista” (Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 2005). Agradecemos a João José Reis a presteza com a qual nos esclareceu algumas dúvidas acerca das irmandades.



Tibúrcio Luiz Souto

Conseguimos identificar, ao menos, 23 filiados do Centro Operário da Bahia que pertenciam a dezessete diferentes irmandades religiosas.⁷⁷ A maioria delas, nas quais encontramos os personagens de nosso estudo, era de negros, como a Nossa Senhora do Rosário, onde encon-

⁷⁷ Os 23 filiados do Centro Operário fizeram parte das seguintes associações: Irmandade de Santo Antonio Além do Carmo, Irmandade de São Benedito, Irmandade do Santíssimo Sacramento de São Pedro Velho, Irmandade do Senhor Bom Jesus da Paciência, Irmandade dos Quinze Mistérios, Irmandade do Rosário do João Pereira da Freguesia da Vitória, Irmandade de Nossa Senhora da Fé e Santa Cruz, Irmandade do Rosário de Santana, Irmandade de Santa Cecília, Irmandade de São José, Irmandade da Conceição dos Artistas, Irmandade da Conceição do Tororó, Irmandade da Conceição da Praia, Confraria do Senhor Bom Jesus da Cruz, Ordem Terceira de Nossa Senhora do Rosário das Portas do Carmo, Ordem Terceira do Boqueirão, Ordem Terceira de São Francisco, Ordem Terceira de São Domingos.

tramos doze artesãos e mestres de ofício de nossa amostra.⁷⁸ Um exemplo é o carpinteiro preto Tiburcio Luiz Souto (1873-1955), que, além da Irmandade do Rosário do Pelourinho, também integrou a Sociedade Protetora dos Desvalidos, fundada em 1832, foi filiado à Sociedade Dezesesseis de Julho, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores em Madeira e do Centro Operário da Bahia, e compôs o comitê central de greve durante a paralisação geral vitoriosa que abalou Salvador, em junho de 1919. Também pertenciam à Irmandade dos Pretos do Pelourinho o mestre de obras Domingos Silva (1865-1914), que ocupou a presidência do Centro Operário em seus anos iniciais, o artista Ernesto Feliciano da Costa (1862-1918) e o marceneiro Octavio Jeronymo dos Santos (1887-1914).

Outras duas confrarias de pretos, nas quais encontramos membros do Centro Operário da Bahia, foram a Irmandade de São Benedito, com dois artífices, e a Irmandade dos Quinze Mistérios, com um operário qualificado. A organização operária compartilhou alguns de seus filiados, também, com irmandades de pardos, a exemplo da Ordem Terceira do Boqueirão e da Confraria do Senhor Bom Jesus da Cruz, das quais faziam parte o tipógrafo mestiço Ceciliano de Souza Mundim e o marceneiro, também mestiço, João Ferreira de Mendonça (1874-1914), respectivamente.

Havia, por fim, filiados ao Centro Operário da Bahia que pertenciam a confrarias profissionais, sendo exemplares os casos da Irmandade da Conceição dos Artistas e da Irmandade de São José, aglutinadora de artesãos dos ofícios da construção civil, que, como já se viu, tinham um peso muito significativo na composição social do Centro Operário. No primeiro caso, podemos mencionar o pedreiro mestiço e capitão da Guarda Nacional Anastácio Machado de Menezes (1872-1909), que foi dirigente do Centro Operário da Bahia, do Club Socialista, da Federação Socialista Bahiana e da Associação Defensora dos Trabalhadores da Construção.

Ao longo deste texto, já mencionamos vários casos de operários que integraram as organizações em estudo e que pertenceram, também, a

⁷⁸ Fundada como Irmandade do Rosário das Portas do Carmo. No final do século XIX, passou a ser a Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Rosário das Portas do Carmo ou Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Rosário da Baixa dos Sapateiros.

diversas irmandades religiosas. Porém, o caso mais emblemático foi o do pedreiro e tenente da Guarda Nacional Manoel Friandes, reformado como capitão do 8º Batalhão de Infantaria dessa milícia, em Salvador, em 1892 e morto em 4 de agosto de 1904. Em seu testamento, havia recomendações detalhadas e explícitas sobre os procedimentos que deveriam ser adotados após a sua morte no que tange à distribuição de seus bens. Na economia da salvação, montada por seu antigo irmão, figuravam, como beneficiárias, a Ordem Terceira do Rosário da Baixa dos Sapateiros, a Irmandade dos Quinze Mistérios, a Irmandade de São Benedito, a Irmandade do Rosário do João Pereira da Freguesia da Vitória⁷⁹ e a Irmandade da Conceição do Tororó. Instruções explícitas foram dadas para que, após a sua morte, seu corpo fosse entregue à Ordem Terceira do Rosário da Baixa dos Sapateiros, visando enterrá-lo no cemitério daquela sociedade. Exigia-se que lhe fosse vestido seu hábito e que a despesa com seu enterro fosse de quinhentos mil-réis. Na Igreja do Rosário da Baixa dos Sapateiros deveriam ser rezadas vinte missas pela alma de sua mãe, vinte pela alma de seu pai e outras dez por sua própria alma.⁸⁰

Alguns dos personagens de nosso estudo não apenas integraram irmandades religiosas, mas exerceram funções diretivas nessas associações. Nesse sentido, é preciso mencionar o nome do artesão e capitão da Guarda Nacional Faustino Gomes da Silva, que foi três vezes dirigente do Centro Operário da Bahia e, em 1905, ocupou a função de secretário da Venerável Ordem Terceira do Rosário de Nossa Senhora das Portas do Carmo. Seu nome apareceu assinado nos convites postados na imprensa para as festas em louvor de sua padroeira, da qual tomou parte, também, a coirmã daquela confraria, a Venerável Ordem Terceira do Boqueirão. Consta, ainda, que Faustino Gomes da Silva foi membro da Sociedade União Filantrópica dos Artistas e da Sociedade Protetora dos Desvalidos, sendo que esta última fora, em suas origens, na primeira metade do século XIX, uma irmandade, só depois se convertendo em sociedade mutualista.⁸¹

⁷⁹ Apesar de seu nome, essa irmandade ficava na Freguesia de São Pedro Velho.

⁸⁰ APEB, Seção Judiciária, 6/2684/ - /5 (Autos Cíveis - Inventários e Testamentos); *Pequeno Jornal*, Salvador, 8 ago. 1892, p. 1.

⁸¹ *Jornal de Notícias*, sábado, 11 nov. 1905, p. 3.

O empreiteiro de obras preto e capitão da Guarda Nacional, José Maria da Conceição (1867-1950), foi outro filiado do Centro Operário da Bahia que apareceu no convite que a Venerável Ordem Terceira do Rosário de Nossa Senhora das Portas do Carmo expediu para as festas em homenagem à sua santa, a serem realizadas no domingo, 13 de novembro de 1921. Ele chegou a ser apresentado como um “esforçado prior e restaurador” da referida confraria. Além disso, mais uma vez, a convocatória foi assinada pelo capitão da Guarda Nacional Faustino Gomes da Silva.⁸²

O artesão branco Joaquim Pinto dos Santos, que pertencia à Sociedade União Filantrópica dos Artistas, à Sociedade Bolsa de Caridade e ao Centro Operário da Bahia, assinou um convite, na qualidade de secretário da Venerável Ordem Terceira de São Domingos, por meio do qual chamava seus irmãos para, “revestidos de seus hábitos”, assistirem a uma missa em homenagem aos membros falecidos daquela confraria, que seria realizada no dia 10 de novembro de 1927 em sua Igreja.⁸³

Além das irmandades religiosas, identificamos seis filiados do Centro Operário que também eram sócios do Círculo Católico da Bahia, entidade fundada em 1901, da qual fazia parte o operário da construção (depois, empreiteiro de obras) Domingos Francisco da Silva, que foi seu presidente em 1903 e 1907, além de ter pertencido, como já vimos, à Venerável Ordem Terceira do Rosário da Baixa dos Sapateiros, à Irmandade da Conceição da Praia e à Irmandade de São Benedito.⁸⁴

É possível que a quase totalidade de nossa amostra fosse formada por “católicos”, sendo registrada uma única exceção, a do funileiro e pregador João Gualberto Baptista (1852-1906), que deixou registrado em seu inventário que era protestante, casado na Igreja Batista, embora tivesse sido sepultado no cemitério da Quinta dos Lázarus, pertencente às irmandades católicas.⁸⁵

Todavia, se é certo que a maioria dos personagens por nós estu-

⁸² APEB, Seção Judiciária, 07/2728/ - /12 (Autos Cíveis - Inventários e Testamentos); *Diário de Notícias*, 12 nov. 1921, p. 7.

⁸³ *Diário de Notícias*, Salvador, 7 nov. 1927, p. 3.

⁸⁴ *Jornal de Notícias*, Salvador, 16 jan. 1903, p. 1; *Jornal de Notícias*, Salvador, 22 out. 1903, p. 1; *Jornal de Notícias*, Salvador, 29 abr. 1907, p. 1; *Diário de Notícias*, Salvador, 27 abr. 1904, p. 2; *Diário de Notícias*, Salvador, 15 e 16 jul. 1914, pp. 1-2 e 2.

⁸⁵ APEB, Seção Judiciária, 03/1347/1816/17 (Autos Cíveis - Inventários e Testamentos).

dados é formada por adeptos do catolicismo tradicional e popular, integrando inúmeras irmandades religiosas, há evidências de que essa fração da classe operária estivesse envolvida, também, com práticas relacionadas à religião afro-brasileira. Prova disso é que Félix José do Espírito Santo, mestre da oficina de ferreiro do Arsenal de Marinha da Bahia, de cor preta, integrante do Partido Operário e do Centro Operário da Bahia, era casado com Claudiana Maria do Espírito Santo (1870-1900), filha de Maria Magdalena da Silva e neta da mãe de santo Marcelina da Silva, sacerdotisa de Xangô e sucessora da ialorixá *Iyá Nassô*, do famoso candomblé da Casa Branca do Engenho Velho.⁸⁶ Do matrimônio entre Félix e Claudiana, nasceu Maria Bibiana do Espírito Santo (1900-1967), que também se tornaria, mais tarde, a importante líder religiosa Mãe Senhora.⁸⁷

Mas, como dissemos, além das irmandades religiosas, os trabalhadores baianos, em geral, e os filiados do Centro Operário da Bahia, em particular, possuíam uma tradição de associativismo mutualista que remontava à primeira metade do século XIX. Para além da função securitária, o mais relevante a ser explicitado é que, da mesma forma que as irmandades religiosas eram um lócus para a construção de identidades étnicas, as sociedades mutualistas dos operários favoreciam, conforme observou Claudio Batalha, a constituição de laços de solidariedade de classe, uma identidade que era construída a partir da valorização e da dignificação do trabalho e do trabalhador.⁸⁸ Além disso, essas associações se constituíam num espaço de alianças e negociações dos trabalhadores com políticos tradicionais. Esses contatos ocorriam, é evidente, nos marcos do clientelismo, isto é, no quadro de relações de dependência e patronagem das elites políticas e econômicas baianas da

⁸⁶ Sobre a ligação de Félix José do Espírito Santo com o candomblé, ver: Lisa Earl Castillo & Luis Nicolau Parés, “Marcelina da Silva e seu mundo: novos dados para uma historiografia do candomblé Ketu”, *Afro-Ásia*, n. 36 (2008), pp. 111-52.

⁸⁷ José Félix dos Santos & Cida Nóbrega (orgs.), *Maria Bibiana do Espírito Santo, Mãe Senhora: saudade e memória*, Salvador: Corrupio, 2000.

⁸⁸ Claudio H. M. Batalha, “Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro no século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária”, *Cadernos AEL*, v. 6, n. 10/11 (1999), pp. 41-66; Claudio H. M. Batalha, “Identidade da classe operária no Brasil (1880-1920): atipicidade ou legitimidade”, *Revista Brasileira de História*, v. 12, n. 23/24 (1991-1992), pp. 111-24.

época. Não é à toa que os antigos sócios protetores das irmandades religiosas apareceram, também, nas sociedades mutualistas. Muitas vezes, passaram a se chamar honorários, beneméritos e benfeitores, mas suas funções e papéis continuaram a ser o de garantir o acesso, por parte das associações de auxílio mútuo e de seus dirigentes, a favores, isenções de impostos, subvenções oficiais e outros recursos por eles conseguidos ou mediados.⁸⁹

Conseguimos identificar dezoito sociedades nas quais 248 membros do Centro Operário da Bahia também atuaram. Uma delas foi a Sociedade Protetora dos Desvalidos, uma antiga irmandade de pretos, criada em 1832, que se transformou em sociedade mutualista, e da qual faziam parte nada menos que 37 filiados do Centro Operário da Bahia.⁹⁰ Entre os seus membros, destacamos o já citado carpinteiro preto Tiburcio Luiz Souto (1873-1955).⁹¹

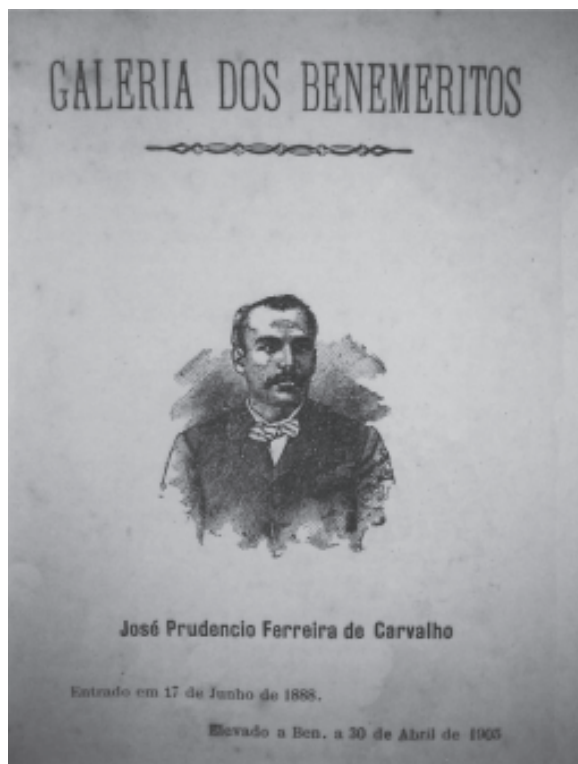
Os artesãos da base do Centro Operário já faziam parte de diversas sociedades de ofício desde o século XIX, a exemplo dos 31 filiados que também eram da Associação Typográfica Bahiana (ATB), uma sólida organização fundada em 30 de outubro de 1870 e efetivamente instalada em 16 de abril de 1871, com a presença de 68 operários tipógrafos, encadernadores e litógrafos.⁹² O mais conhecido deles foi José

⁸⁹ As modalidades de sócios benfeitores, beneméritos e honorários, com funções análogas às apontadas aqui, existiram nas sociedades operárias do século XIX e primeira metade do XX, sendo encontradas em associações de auxílio mútuo dos italianos de São Caetano (SP) e mutuais da Espanha. Ver José de Souza Martins, *Subúrbio: vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha*, São Paulo: Hucitec / Unesp, 2002, pp. 175-225 e Michel Ralle, “A função da proteção mutualista na construção de uma identidade operária na Espanha (1870-1910)”, *Cadernos AEL*, v. 6, n. 10/11 (1999), pp. 13-38.

⁹⁰ *Diário Oficial do Estado da Bahia*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado da Bahia, Edição Especial do Centenário, 2 jul. 1923, pp. 494-6. A Sociedade Protetora dos Desvalidos (SPD) foi fundada em 16/09/1832 sob a liderança de Manoel Victor Serra. Originalmente ela era uma irmandade de pretos que funcionava nas dependências de outra sociedade religiosa, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Quinze Mistérios. Um conflito envolvendo os irmãos de ambas as associações fez com que a SPD fosse expulsa em 1848, sendo abrigada pela Nossa Senhora das Portas do Carmo, saindo de lá em 1868. A partir de então, a SPD se estabeleceu em sede própria, primeiro na Rua do Bispo, depois no Cruzeiro de São Francisco, n. 31. Em 1923, ela possuía 243 sócios, sendo 41 remidos e 202 contribuintes.

⁹¹ APEB, Seção Judiciária, 6/2534/3034/4 (Autos Cíveis - Inventários e Testamentos).

⁹² *Diário Oficial do Estado da Bahia*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado da Bahia, Edição Especial do Centenário, 2 jul. 1923, pp. 397.



Jose Prudencio Ferreira de Carvalho

Prudencio Ferreira de Carvalho, mas também podemos citar os tipógrafos Ignácio Hermógenes Cajueiro (1843-1906), pardo,⁹³ e José Bernardo da Cunha (1860-1901), branco.⁹⁴ Outros três filiados ao Centro Operário da Bahia – Argemiro de Leão, um dos líderes da dissidência do Partido Operário, juntamente com Fábio Camacho e João Baptista da Costa – envolveram-se na fundação, em 24 de fevereiro de 1890, de outra organização do mesmo ofício, o Centro Tipográfico 24 de Fevereiro, sediado na própria ATB e contando com 58 filiados.⁹⁵

⁹³ APEB, Seção Judiciária, 01/58/68/06 (Autos Cíveis - Inventários e Testamentos).

⁹⁴ APEB, Seção Judiciária, 1/80/110/4 (Autos Cíveis - Inventários e Testamentos).

⁹⁵ *Diário da Bahia*, Salvador, 4 mar. 1890, p. 1; *Jornal de Notícias*, Salvador, 22 mai. 1890, p. 1; *Jornal de Notícias*, Salvador, 5 jul. 1890, p. 2.

É preciso mencionar, também, os casos da Sociedade Bolsa de Caridade do Arsenal de Guerra da Bahia, fundada em 1872, da qual faziam parte ao menos 91 filiados do Centro Operário, e da Sociedade Beneficente União Filantrópica dos Artistas, que havia sido fundada em 7 de julho de 1889, que contava com 24 membros que também eram filiados à organização política dos operários baianos, a exemplo do “artista”, capitão da Guarda Nacional e presidente do Centro Operário da Bahia no biênio 1915-1917, João Pedro Rodrigues Lima.⁹⁶

Muitos filiados ao Centro Operário da Bahia integravam inúmeras dessas associações simultaneamente. Este é o caso do alfaiate Aurélio Sebastião Cardoso (1865-1915), um major da Guarda Nacional que fora eleito juiz de paz do Distrito da Sé em 1903 e 1911, e que era filiado à Sociedade Montepio dos Artífices, à Sociedade Filantrópica dos Artistas, à Sociedade Bolsa de Caridade, à Sociedade Bolsa dos Chapeleiros, à Sociedade Cooperativa dos Alfaiates, à Sociedade Beneficente dos Alfaiates e à Sociedade Beneficente dos Paroquianos da Sé, além de integrar a Irmandade Nossa Senhora da Fé e Santa Cruz e a Irmandade São José do Corpo Santo.⁹⁷

Alguns de nossos personagens, antes de tomarem parte do movimento operário e socialista, foram abolicionistas, a exemplo do alfaiate pardo e coronel da Guarda Nacional Ismael Ribeiro dos Santos, que, sob o Império, fora um “humilde soldado” da *Sociedade Libertadora Baiana*.⁹⁸ Após a Abolição, foram recorrentes as suas intervenções na imprensa soteropolitana por ocasião das comemorações daquela data. Em 1903, por exemplo, ele dizia que o dia 13 de maio havia chegado com seu “clarão

⁹⁶ *Centro Operário da Capital do Estado da Bahia. Relatório Apresentado pelo Presidente do Conselho Executivo, Capitão João Pedro Rodrigues Lima, à Assembléia Geral em sessão de 1º de maio de 1917 e na mesma aprovado. Referente ao Exercício de 1º de abril de 1915 a 31 de março de 1917*, Bahia: Typographia e Encadernação do Liceu de Artes e Ofícios, 1917.

⁹⁷ *Jornal de Notícias*, Salvador, 10 e 11 nov. 1915, p. 5 (Necrologia).

⁹⁸ A *Sociedade Libertadora Baiana* foi fundada em 1883, por Pamphilo da Santa Cruz, proprietário e redator do jornal abolicionista *Gazeta da Tarde*, e pelo advogado Eduardo Carigé, entre outros. Em 1887, a *Guarda Velha do Abolicionismo*, como era chamada por seus próprios membros aquela associação, possuía 30 sócios e havia libertado apenas 50 escravos, provavelmente porque sua principal atividade fosse organizar fugas, acoitar escravos fugidos e outras ações antiescravistas acobertadas por sua fachada. Em 1887, ela mudou seu nome para *Sociedade Abolicionista Baiana*. Jailton Lima Brito, *A Abolição na Bahia: 1870-1888*, Salvador: Centro de Estudos Baianos da UFBA, 2003, pp. 134-5.

dourado” e ateados chamados na “Bastilha brasileira”, mas ressentia-se com o “indiferentismo alvar dos que deviam nesse dia entoar o hino da liberdade”. Ele considerava “triste e muito triste” que “os descendentes da raça africana” se comportassem como se tivessem desaparecido do “solo brasileiro, especialmente da nossa cara Bahia”, local em que seus “filhos”, pouco a pouco, iam “jogando na vala comum do esquecimento as datas mais gloriosas da nossa emancipação.” Em seguida, fazia um apelo aos seus “concidadãos” para a necessidade de se levantar “altaneira a alma da Bahia, não deixando morrer o dia da nossa maior conquista, dia em que se libertou, não só uma raça, como também o nosso pendão auriverde”.⁹⁹

A constelação associativa na qual os filiados e militantes do Centro Operário da Bahia estavam envolvidos incluía, ainda, os sindicatos, mas em proporção bem menor. Nesse caso, conseguimos identificar dez filiados ao Sindicato dos Trabalhadores em Madeira, quatro ao Centro Unificador dos Sapateiros, um à Sociedade Defensora dos Sapateiros, dois à Associação Defensora dos Trabalhadores em Construção, dois à Liga Protetora do Operariado Baiano e dois à União Gráfica Baiana.

Do ponto de vista da participação em organizações sindicais, o mais importante foi descobrir que cinco integrantes do Centro Operário – os pedreiros Abílio José dos Santos, Manoel do Bomfim Antunes e Victoriano de Sant’Anna Muricy e os marceneiros José Domiense da Silva e Manoel Quintino dos Santos – filiaram-se ao Sindicato dos Pedreiros, Carpinteiros e Demais Classes, fundado em 19 de março de 1919, dia de São José. Isso porque essa associação foi a principal organizadora e dirigente da greve geral de 1919 na Bahia, cumprindo um relevante papel de politização da classe operária. Essa informação é importante porque se constitui em evidência da plausibilidade de uma de nossas hipóteses, qual seja, de que em fins dos anos 1910 e durante os anos 1920, o Centro Operário começou a perder parte de sua ampla base social operária para os vários sindicatos fundados nesse período, transformando-se, cada vez mais, em uma organização conservadora e coadjuvante do poder.¹⁰⁰

⁹⁹ *Diário de Notícias*, Salvador, 12 mai. 1903, p. 1.

¹⁰⁰ Sobre a greve geral de 1919 e os sindicatos surgidos na década de 1910 e no início dos anos 1920, ver Aldrin A. S. Castellucci, *Industriais e operários baianos numa conjuntura de crise (1914-1921)*, Salvador: Sistena FIEB, 2004.

Nosso estudo demonstrou que nem toda a população negra e mestiça vivia ou foi atirada ao desemprego e à pobreza absoluta após a Abolição. A fração da classe operária de Salvador que nós estudamos, representada pelo Centro Operário da Bahia, tinha uma longa tradição associativa religiosa, mutualista, sindical e política. Ela era formada pelo setor mais qualificado, isto é, pelos artesãos e mestres de ofício, em sua maioria, pretos, pardos e mestiços. Esses artífices possuíam inserção no mercado de trabalho formal, dispunham de maior qualificação, melhores condições de trabalho, maior autonomia e salários maiores do que os operários fabris. Talvez, por não estarem submetidos à disciplina das fábricas e disporem de alguma instrução formal, puderam adquirir cidadania política, participar das eleições com relativa autonomia e lutar por cidadania social. Seja como for, nosso estudo relativiza a imagem usual que se tem dos descendentes de escravos no Brasil, geralmente associada à exclusão social e política. Demonstra, por fim, que a população negro-mestiça se organizou, produziu um rico e complexo associativismo e tomou em suas mãos a tarefa de fazer seu próprio destino, mesmo que nos limites impostos por duras circunstâncias históricas.

Texto recebido em 24/08/09, reapresentado em 26/10/09 e aprovado em 13/07/10

Resumo

O artigo reconstitui o perfil dos membros do Centro Operário da Bahia em termos sócio-ocupacional e étnico-nacional e recompõe a ampla e complexa rede associativa na qual aqueles indivíduos se envolveram desde o século XIX, formada por irmandades religiosas, associações de auxílio-mútuo, sociedades abolicionistas, clubes republicanos e sindicatos. A pesquisa revela que essa fração da classe operária era formada fundamentalmente por artesãos negros e mestiços, detentores de condições de trabalho e salários superiores aos dos operários fabris, elevado grau de qualificação profissional, instrução e cidadania política, no que se diferenciavam dos amplos setores da população negro-mestiça que continuaram excluídos de direitos sociais e fora do mercado de trabalho formal após a Abolição em 1888 e a República em 1889.

Palavras-Chave: Classe Operária – Abolição – República – Centro Operário da Bahia

Abstract

This article reconstructs the profile of the members of Centro Operário da Bahia in terms of socio-occupational and ethnic-national. The text recovers a broad and complex associative web in which those individuals got involved since XIX century, composed by religious brotherhoods, associations of mutual support, abolitionist groups, republican clubs and trade unions. The research reveals that this fraction of the working class was composed by black craftsmen and half-bloods working men, who had better working conditions, and whose salaries were also better than other textile workers, thus, resulting in the increase of the professional skills, education and political citizenship, differentiating them from the larger sectors of the black community which continued to be excluded from social rights and out of the formal working market after the Slavery Abolition and the Republic.

Keywords: Working class – Abolition – Republic – Centro Operário da Bahia